



## **13 DE NOVEMBRO DE 2018**

### **Terça-feira**

- PRODUTIVIDADE NA INDÚSTRIA BRASILEIRA CRESCE 4,2% NO TERCEIRO TRIMESTRE, INFORMA CNI
- CENTRAL SINDICAL BUSCA BOLSONARO E DEFENDERÁ REFORMA DO INSS
- CENTRAIS SINDICAIS DEBATEM REFORMA DA PREVIDÊNCIA
- ARTIGO: "FIM DO MINISTÉRIO DO TRABALHO: AVANÇO OU SUPRESSÃO DE DIREITOS?"
- UE E MERCOSUL NEGOCIAM PARA AVANÇAR EM ACORDO ANTES DA CHEGADA DE BOLSONARO
- DUAS PRIMEIRAS SEMANAS DE NOVEMBRO TÊM SUPERÁVIT DE US\$ 2,665 BILHÕES
- PROTEÇÃO TARIFÁRIA CUSTOU R\$ 130 BI EM UM ANO
- VENDAS DO COMÉRCIO CAEM 1,3% E SETOR TEM PIOR SETEMBRO DESDE 2000
- CONSUMO DECEPCIONA E PRODUÇÃO DO SETOR TÊXTIL FICA ESTAGNADA EM 2018
- "TUBARÕES" INVESTEM R\$ 545 MIL EM EMPRESAS DO VALE DO AÇO
- A INOVAÇÃO SOCIAL REQUER VISIONÁRIOS EM TODOS OS SETORES, DIZ HILDE SCHWAB
- NOVA GERAÇÃO INFLUENCIA INVESTIMENTO DE IMPACTO POR FAMÍLIAS BILIONÁRIAS
- COM TECNOLOGIA, STARTUP DEMOCRATIZA APLICAÇÃO DE RECURSO DE RENÚNCIA FISCAL
- FALTA DE INICIATIVAS PODE FREAR POTÊNCIA DA CHAMADA 'ECONOMIA PRATEADA'
- COM GUEDES, BNDES Foca EM INFRAESTRUTURA E MERCADO DE CAPITAIS

- EMPRESAS ARTICULAM PROJETO QUE PREVÊ COMPENSAÇÃO A ÍNDIOS POR NOVAS HIDRELÉTRICAS
- GASTO COM APOSENTADORIAS E PENSÕES DE SERVIDORES ALIMENTA A CRISE FISCAL EM TODO O PAÍS
- SUBSÍDIO AO DIESEL DEVE FICAR R\$ 2 BI MAIS BARATO QUE O PREVISTO, DIZEM IMPORTADORES
- DISTRIBUIDORAS DE GÁS ESPERAM QUE NOVO GOVERNO DÊ CONTINUIDADE A MUDANÇAS NO SETOR
- VOLKSWAGEN PODERÁ FABRICAR ATÉ 50 MILHÕES DE CARROS ELÉTRICOS
- MWM VAI DISTRIBUIR PEÇAS DE REPOSIÇÃO DA MERITOR NA ARGENTINA
- SSANGYONG TRAZ NOVO LOTE E ANUNCIA EXPANSÃO DA REDE
- CONTINENTAL COMPRA DIVISÃO DE TECNOLOGIA ANTIVIBRAÇÃO DA COOPER STANDARD
- PRODUÇÃO DE MOTOS DEVE SUPERAR 1 MILHÃO EM 2018
- RENAULT E ITAIPU TERÃO CENTRO DE TREINAMENTO PARA CARROS ELÉTRICOS
- VOLKSWAGEN ESTUDA AUMENTO DE CAPACIDADE PARA NOVOS PRODUTOS
- VW DELIVERY 13.180 CHEGA AO MERCADO E COMPLETA LINHA DE CAMINHÕES
- ADICÃO DE BIODIESEL AO DIESEL PASSARÁ DOS ATUAIS 10% PARA 15% ATÉ 2023
- VENDAS DE VEÍCULOS IMPORTADOS REAGEM APÓS QUEDA DO DÓLAR

<b>CÂMBIO</b>		
<b>EM 13/11/2018</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,799	3,799
<b>Euro</b>	4,278	4,280

**Fonte: BACEN**

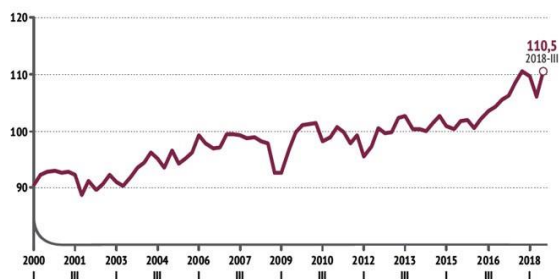
## Produtividade na indústria brasileira cresce 4,2% no terceiro trimestre, informa CNI

13/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Estudo mostra que, com a alta, o indicador recuperou as perdas registradas com a greve dos caminhoneiros. Ganhos mais expressivos dependem de novos investimentos em máquinas, equipamentos e inovações

Produtividade do trabalho trimestral, Indústria de transformação

Sem efeito sazonal - Índice, base: média de 2010-100



Fonte: Elaborado pela CNI, com base em estatísticas do IBGE e da CNI.

A produtividade no trabalho da indústria de transformação cresceu 4,2% no terceiro trimestre frente ao segundo trimestre, na série de dados com ajuste sazonal. Com isso, o setor compensou as perdas de 3,4% registradas no segundo trimestre, por causa da greve dos caminhoneiros. "Com a recuperação, o indicador de produtividade retornou ao nível do fim de 2017", diz o estudo divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) nesta segunda-feira (12).

A produtividade no trabalho é resultado da quantidade produzida dividida pelo número de horas trabalhadas na indústria de transformação. No terceiro trimestre, a produção industrial aumentou 2,9% e as horas trabalhadas na produção diminuíram 1,3% frente ao segundo trimestre.

De acordo com a CNI, a perspectiva é que o crescimento da produtividade na indústria neste ano seja inferior ao de 2017, quando o indicador teve um aumento de 4,5%. No acumulado dos últimos 12 meses encerrados em setembro, a produtividade cresceu 2,7% em relação ao período imediatamente anterior, informa o estudo.

A economista da CNI Samantha Cunha lembra que os ganhos de produtividade no ano passado são resultado dos esforços feitos por empresas e trabalhadores para se manterem no mercado durante a crise. "As indústrias fizeram ajustes organizacionais para reduzir desperdícios e evitar máquinas paradas. Aumentos mais expressivos da produtividade daqui para a frente exigem novos investimentos em máquinas, equipamentos e inovações", afirma.

No entanto, os investimentos dependem da recuperação da confiança dos empresários e da melhoria do ambiente de negócios. Para isso, destaca a economista da CNI, o país precisa, entre outras coisas, simplificar o sistema tributário, diminuir a insegurança jurídica e a burocracia.

## Central sindical busca Bolsonaro e defenderá reforma do INSS

13/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

A UGT, a segunda maior central sindical do país em número de trabalhadores filiados, tem buscado interlocução com membros da equipe econômica de Jair Bolsonaro para negociar apoio à reforma da Previdência.

O presidente da entidade não participou de reunião com representantes de outras oito centrais em São Paulo nesta segunda (12).

O encontro definiu oposição a uma eventual votação da reforma neste ano, que o futuro presidente já admitiu ser improvável.



Protesto de centrais sindicais na avenida Paulista, em 2016 - Rivaldo Gomes - 16.ago.16/Folhapress

As instituições marcaram protestos em defesa do atual modelo do INSS e contra o fim do Ministério do Trabalho para o dia 26.

“Havia um membro da UGT que não representa a central na reunião. Para nós, o sistema precisa ser alterado, mas deve ser igual para todos. Temos uma proposta e queremos dialogar”, afirma o presidente, Ricardo Patah.

“Não queremos fazer qualquer debate com pressa, como o novo governo queria”, afirma João Carlos Gonçalves, o Juruna, secretário-geral da Força Sindical.

“Nosso sistema é solidário, público e universal, e deve continuar assim, disso não abrimos mão. A alternativa chilena que o novo governo parece querer é desastrosa”, diz o secretário-geral da CUT, Sérgio Nobre.

### **Centrais sindicais debatem reforma da Previdência**

13/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 12-11-2018)

#### ***Em SP, sindicalistas falaram sobre modelo de capitalização da equipe de Bolsonaro***

As centrais sindicais se reuniram nesta manhã (12) em um ato de defesa da Previdência Social. No encontro, houve exposição de sindicalistas chilenos sobre o modelo de capitalização do país, que é visto como modelo pela equipe econômica do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL).

No próximo dia 22, os sindicalistas farão atos de panfletagem em defesa do modelo atual de Previdência em todos os estados. No dia 26, haverá protesto pela Previdência e contra o fim do Ministério do Trabalho nas superintendências estaduais e em frente ao prédio da pasta, em Brasília. O presidente eleito confirmou na semana passada a extinção do Ministério.

No modelo de capitalização, a aposentadoria é resultado da poupança do trabalhador. A proposta ainda não teve detalhes divulgados e deve ser apresentada no próximo ano. No entanto, Bolsonaro pretende aprovar "alguma coisa" ainda este ano. O presidente eleito citou o aumento da idade mínima dos servidores como um ponto.

Segundo João Carlos Gonçalves, o Juruna, secretário-geral da Força Sindical, as centrais irão discutir permanentemente os movimentos feitos pelo novo governo sobre alterações na Previdência Social e perda de direitos.

Gonçalves diz que as centrais farão plenárias permanentes para discutir as novas propostas. Sobre a reforma proposta por Temer, que visa fixar a idade mínima em 62 anos para as mulheres e 65 anos para os homens, os sindicalistas enxergam que não há possibilidade do texto passar no Congresso ainda este ano.

Segundo Sérgio Nobre, secretário-geral da CUT (Central Única dos Trabalhadores) o modelo de capitalização adotado no Chile é "trágico" e pode ter efeitos semelhantes no Brasil.

"Eles tinham um modelo de Previdência muito parecido com o nosso, que trabalhadores mais novos contribuíssem com o benefício dos mais velhos. Com a capitalização, o que se tem são idosos vivendo de favor. Nós somos contra qualquer mudança que tire direitos."

Além da CUT e da Força, participaram do evento a CSB, CSP-Conlutas, CTB,, Intersindical, NCST, UGT e CGTB.

### **Artigo: "Fim do Ministério do Trabalho: avanço ou supressão de direitos?"**

13/11/2018 – Fonte: Gazeta do Povo (publicado em 12-11-2018)

Mesmo com o ministério ativo, o Estado não foi capaz de conferir resposta à altura para as muitas famílias que viram minguar seu sustento

Numa eleição marcada por antagonismos e forte polarização, todo ato do presidente eleito tem sido motivo de fortes críticas, com especial endosso e exaltação pela oposição derrotada. Não se esperava comportamento diverso quando o último anúncio envolve a polêmica extinção de octogenária instituição da República, o Ministério do Trabalho.

A irresignação com o anúncio se sustenta em especial, dentre outros descontentamentos, pelo argumento de supostos prejuízos ao fomento de emprego, proteção aos direitos e garantias do trabalhador e na tutela da organização sindical. Contudo, tais ameaças não nos parecem reais em primeiro momento, ou pelo menos não o são pelo simples anúncio deste ponto específico de reforma ministerial pela equipe de transição de Jair Bolsonaro.

A projeção de supostos prejuízos deve, numa análise honesta, contemplar os reais resultados da pasta nos últimos anos. E, desafortunadamente, os números pífios mostram que vincular desamparo ao trabalhador pela ausência de um ministro responsável pelo Trabalho e Emprego não encontra sustentação na realidade por si só. Isso porque, mesmo com o ministério ativo, o Estado não foi capaz de conferir resposta à altura para as muitas famílias que viram minguar seu sustento quando seus integrantes engrossaram as vergonhosas fileiras dos mais de 13 milhões de desempregados.

Não se pode esperar que a simples existência de órgãos e burocracia seja salvaguarda do trabalhador brasileiro

Tampouco a estrutura sindical teve amparo quando, sob a batuta da pasta, se multiplicaram conflitos de representatividade pela delegação de cartas sindicais em processos eivados de corrupção, conferindo status de categoria econômica às indústrias de camisas brancas, "titulares" de clínicas e consultórios ou os sindicatos de empregados em sindicatos, dentre outros exemplos estapafúrdios.

E pior, mesmo contando com inúmeros profissionais competentes, as superintendências e gerências regionais do Trabalho por vezes não conseguiram cumprir suas missões a contento por absoluta contingência de recursos e infraestrutura.

Ainda sobre a organização sindical, é de se salientar a absoluta ineficiência do mesmo Estado, representado pelo Ministério do Trabalho, no necessário protagonismo que deveria ter na reorganização do sistema sindical, gravemente afetado com o advento

da reforma trabalhista e seu novo marco de sustentabilidade financeira das instituições.

Trocando em miúdos, é fato que a existência de uma estrutura estatal, com todos os privilégios, cargos e custos que carrega, não foi suficiente para impedir a distribuição da miséria e insegurança jurídica no mundo do trabalho. Não se pode esperar que a simples existência de órgãos e burocracia seja salvaguarda do trabalhador brasileiro.

Tal proteção deve ter como fonte a Consolidação das Leis do Trabalho, recém-reformada e modernizada, e a Constituição Federal, que garante em seu artigo 7.º direitos fundamentais que não podem ser suprimidos ou ignorados em aventura, como querem fazer crer muitos dos opositores da medida anunciada.

A aplicação de tais regramentos deve ser garantida não por cargos e privilégios decorrentes de uma estrutura estatal superdimensionada, e sim pela valorização dos quadros funcionais já existentes de auditores fiscais e do Ministério Público do Trabalho, servidores concursados da União que não desaparecerão ou terão suas funções usurpadas por mera reforma administrativa.

Fundamentais que são, ainda mais numa sociedade que urge e clama por moralização, tais funções de Estado devem ser potencializadas, independentemente de onde estejam alocadas no organograma da União, de tal modo que seus excelentes quadros possam ter independência e estrutura para garantir a proteção, segurança jurídica e equilíbrio nas relações de trabalho – estes, sim, verdadeiros vetores de desenvolvimento e empregabilidade.

**Bruno Milano Centa**, advogado, é mestre em Direito e professor da pós-graduação em Direito e Processo do Trabalho da Universidade Positivo."

## **UE e Mercosul negociam para avançar em acordo antes da chegada de Bolsonaro**

13/11/2018 – Fonte: G1 (publicado em 12-11-2018)



***Partes negociam desde 2000 acordo com base em três pilares: o diálogo político, a cooperação e o livre-comércio.***

Presidentes dos países do Mercosul, durante encontro no Paraguai, em junho — Foto: Cesar Itiberê/PR

A União Europeia (UE) e o Mercosul iniciaram nesta segunda-feira (12) uma nova rodada de negociações com o objetivo de avançar o máximo possível nos assuntos pendentes para um acordo de associação antes que Jair Bolsonaro tome posse com o presidente do Brasil em janeiro.

As equipes negociadoras dos dois blocos se reúnem a partir de hoje em Bruxelas para as conversas que durarão, previsivelmente, até a próxima sexta-feira. No entanto, fontes do bloco europeu explicaram à Agência Efe que a rodada pode se alongar em função dos progressos obtidos.

A UE e o Mercosul negociam desde 2000, com grandes desafios, o acordo com base em três pilares: o diálogo político, a cooperação e o livre-comércio. No entanto, com a chegada à reta final das negociações, as partes tentam apressar o calendário para, se não conseguirem fechar o acordo, tê-lo o mais avançado possível antes da chegada de Bolsonaro ao poder.

**Durante uma reunião de ministros de comércio dos países da UE na sexta-feira passada, a comissária europeia de Comércio, Cecilia Malmström, deixou claro que o seu interlocutor no Brasil continua sendo o atual governo e que os europeus ainda "não sabem nada" do que será a presidência de Bolsonaro.**

"No ano que vem veremos o que vai acontecer. Por isso, estamos tentando dar o último empurrão ou, pelo menos, um que seja grande o bastante para chegarmos verdadeiramente perto" do acordo, reconheceu a comissária europeia.

Malmström afirmou que os contatos entre UE e Mercosul "foram intensificados" nas últimas semanas, e que as partes estão "fazendo progressos", mas ressaltou que "ainda há coisas a fazer".

A presidência rotativa do Conselho da UE, por sua vez, alertou durante a reunião de ministros de comércio do bloco que os planos de Bolsonaro podem incluir "renegociar e reabrir" capítulos do tratado que já eram dados por fechados, a julgar pelos comentários que ele fez durante a campanha eleitoral.

"Do meu ponto de vista, não vamos ceder em nada que rebaixe os padrões da Europa, tanto em agricultura como em produtos industriais", enfatizou a ministra de Economia da Áustria, Margarete Schramböck, cujo país ocupa a presidência rotativa da UE neste semestre.

Além disso, fontes dos países do Mercosul também consideram complicado um acordo com Bolsonaro no poder.

Na semana passada, o ministro de Economia e Finanças do Uruguai, Danilo Astori, considerou "difícil" a consecução do tratado comercial por causa das diferenças internas nos blocos e pela "incerteza" sobre a postura do novo governo brasileiro.

Entre os assuntos sensíveis que ainda impossibilitam o fechamento do acordo estão as indicações geográficas, os setores automotivo e de laticínios e a oferta da UE de "acesso ao mercado de produtos", segundo detalhou no mês passado o chanceler uruguaio, Rodolfo Nin Novoa, que adiantou na época que o Mercosul levaria novas propostas à UE.

**Na rodada de negociações realizada em Montevidéu em setembro, as duas partes só conseguiram "progressos limitados" em alguns setores comerciais, como veículos e autopeças, certas indicações geográficas, laticínios e serviços marítimos.**

Na parte europeia, o secretário de Estado francês para a Europa e Relações Exteriores, Jean-Baptiste Lemoyne, comentou na sexta-feira, antes do início da atual rodada de negociações, que seu país, que tem especial interesse em proteger sua produção agrícola, quer "um acordo equilibrado" que reconheça as indicações geográficas protegidas europeias e permita melhor acesso ao Mercosul.

"Por enquanto, não chegamos lá", disse Lemoyne, que lembrou que Bolsonaro evocou "inclusive uma saída (do Brasil) do Mercosul".

"Se não há um acordo equilibrado, não haverá acordo", concluiu o representante francês.

Fontes da UE reiteraram para a Efe que o bloco "segue comprometido com uma conclusão bem-sucedida de um acordo ambicioso, equilibrado e mutuamente benéfico com o Mercosul, assim que estiverem presentes todos os elementos necessários".

### **Duas primeiras semanas de novembro têm superávit de US\$ 2,665 bilhões**

13/11/2018 – Fonte: MDIC (publicado em 12-11-2018)

Houve crescimento de 42,6%, em razão do aumento nas vendas das três categorias de produtos

Com seis dias úteis, as duas primeiras semanas de novembro de 2018 tiveram superávit de US\$ 2,665 bilhões, resultado de exportações no valor de US\$ 7,137 bilhões e importações de US\$ 4,472 bilhões. No acumulado do ano, as exportações chegam a US\$ 206,217 bilhões e as importações, a US\$ 155,916 bilhões, com saldo positivo de US\$ 50,301 bilhões.

#### **Análise do mês**

Nas exportações, comparadas as médias até a segunda semana de novembro (US\$ 1,2 bilhão) com a média diária embarcada em novembro de 2017 (US\$ 834,2 milhões), houve crescimento de 42,6%, em razão do aumento nas vendas das três categorias de produtos: básicos (69,7%, em função, principalmente, de petróleo em bruto, soja em grãos, minério de ferro, milho em grãos, carnes bovina e de frango), semimanufaturados (55,4%, por conta de celulose, semimanufaturados de ferro e aço, ferro-ligas, açúcar de cana em bruto, ouro em formas semimanufaturadas) e manufaturados (17,7%, causado por óleos combustíveis, gasolina, máquina e aparelhos para terraplanagem, partes de motores e turbinas de aviação, tubos de borracha vulcanizada e acessórios).

Em relação a outubro último, houve crescimento de 18,9%, em virtude do aumento nas vendas de produtos semimanufaturados (47,1%), básicos (17,1%) e manufaturados (12,7%).

Nas importações, a média diária até a segunda semana de novembro deste ano (US\$ 745,4 milhões) ficou 13,4% acima da média de novembro do ano anterior (US\$ 657,1 milhões). Nesse comparativo, aumentaram os gastos, principalmente, com adubos e fertilizantes (57,4%), químicos orgânicos e inorgânicos (34,2%), plásticos e obras (20,8%), equipamentos eletroeletrônicos (10,8%) e equipamentos mecânicos (7%). Na comparação com a média de outubro de 2018, houve crescimento de 1,8%, pelo aumento nas compras de cobre e obras (49,9%), equipamentos eletroeletrônicos (21,4%), plásticos e obras (13,4%), farmacêuticos (9,2%) e veículos automóveis e partes (4,9%).

### **Proteção tarifária custou R\$ 130 bi em um ano**

13/11/2018 – Fonte: Valor Econômico

As elevadas tarifas de importação adotadas pelo Brasil levaram consumidores e empresas do país a pagar R\$ 130 bilhões a mais nos bens comprados de produtores domésticos em um único ano, o de 2015, conforme indica levantamento inédito do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Na prática, esse foi o montante "transferido" dos consumidores (pessoas físicas e jurídicas) para os produtores de 67 atividades da economia (incluindo indústria e serviços), devido à existência de proteção tarifária contra importados. Em outras palavras, segundo o estudo do Ipea, a sociedade teve o potencial de economizar R\$ 130 bilhões em um cenário de tarifa zero e livre concorrência. A indústria de automóveis, caminhões e ônibus saiu-se como maior beneficiária.



## O custo da proteção

Setores com maior assistência efetiva - em R\$ bilhões

Automóveis, caminhões e ônibus	18,745
Abate e produtos de carne, laticínio e pesca	13,888
Outros produtos alimentares	13,359
Vestuário e acessórios	10,406
Bebidas	7,890
Produtos de metal	7,575
Água, esgoto e resíduos	7,564
Móveis e indústrias diversas	6,463
Borracha e plástico	6,043
Agricultura	6,026
Têxteis	5,705
Máquinas e equipamentos mecânicos	5,570
TV, rádio, cinema, som e imagem	5,248

Fonte: Ipea

O estudo, que será lançado hoje, dimensiona pela primeira vez o custo da proteção em moeda corrente. A metodologia dos pesquisadores se inspira em um cálculo australiano. Ela mede a diferença de preços no mercado internacional e no mercado doméstico. O resultado dessa diferença é tratado como a "assistência efetiva bruta" para determinado setor. Deduz-se ainda da equação o custo adicional das empresas com a compra de insumos para chegar ao valor da "assistência efetiva líquida".

"Se o preço internacional de um bem é 100 e se a tarifa de importação aplicada ao produto é de 20%, os produtores domésticos vão vender o produto dentro do país ao preço de 120, e o valor da assistência conferida ao setor será 20", explicam os pesquisadores no estudo do Ipea.

"Essa ideia é perfeitamente compatível com a hipótese de maximização de lucros de uma firma em mercado concorrencial. E também com a ideia de que um bem só será importado se os produtores domésticos não forem capazes de vendê-lo a um preço menor do que o preço internacional."

A indústria de automóveis, caminhões e ônibus recebeu assistência efetiva de R\$ 18,7 bilhões em 2015. Foi seguida pelos setores de abate e produtos de carne, produtos alimentares, vestuário e acessórios, bebidas e produtos de metal, móveis, borracha e plástico, informática e produtos eletrônicos.

Um dos coautores, o diretor de estudos em relações econômicas e políticas internacionais do Ipea, Ivan Tiago Oliveira, ressalta que o objetivo do levantamento não é fazer juízo de valor sobre a pertinência de proteger mais ou menos os produtores brasileiros, mas simplesmente medir o custo da política tarifária para a sociedade.

"Só estamos buscando qualificar o debate e colocar números para expor o custo dessa proteção", afirma Oliveira. "É um instrumento de transparência e de ajuda na avaliação da política comercial", explica o pesquisador, lembrando que outros fatores, como geração de emprego e desenvolvimento de tecnologia nacional, também podem entrar na balança para a elaboração de políticas públicas.

Segundo ele, hoje o gestor público tem dificuldade em tomar decisões quando um setor específico pede aumento das tarifas de importação porque não tem ideia, entre outras coisas, de qual é o custo para a sociedade.

A divulgação do estudo ocorre em um momento de discussões crescentes sobre a conveniência de abrir ou não a economia brasileira, inclusive com um corte unilateral das tarifas de importação, e no qual vários pesquisadores do Ipea têm ocupado posições de destaque na equipe de transição do presidente eleito, Jair Bolsonaro. Esses dois fatores se somam para indicar que o estudo pode ter boa aceitação entre os futuros formuladores da política comercial do governo.

A intenção do Ipea é atualizar anualmente esse novo "indicador de assistência efetiva" como forma de subsidiar as decisões oficiais. Trata-se de uma contribuição semelhante

à que ocorre na Austrália, onde a Comissão de Produtividade (também a ser replicada na gestão Bolsonaro) abastece o governo das mesmas informações na área comercial.

Além de Oliveira, assinam o estudo cinco pesquisadores: Fernando Ribeiro, Fernando Perobelli, Admir Antonio Betarelli Junior, Weslem Rodrigues Faria e Vinícius de Almeida Vale.

## Vendas do comércio caem 1,3% e setor tem pior setembro desde 2000

13/11/2018 – Fonte: G1

**Números do IBGE mostram perda de ritmo na recuperação do setor e vendas estagnadas no 3º trimestre. Em 12 meses, avanço desacelerou de 3,3% em agosto para 2,8% em setembro.**



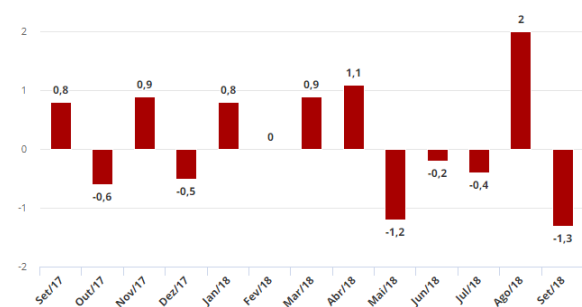
As vendas do comércio varejista brasileiro tiveram uma queda de 1,3% em setembro na comparação com agosto, informou nesta terça-feira (13) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na comparação com setembro do ano passado, houve alta de 0,1%.

De acordo com a gerente da pesquisa, Isabella Nunes, trata-se do pior setembro da série histórica da pesquisa, iniciada em 2000. Além disso, foi o resultado mais negativo desde março de 2017, quando houve queda de 1,9% na comparação com o mês imediatamente anterior.

Os números do IBGE mostram uma perda de ritmo na recuperação do setor. Com a queda de setembro, o varejo passou a acumular alta de 2,3% no ano. Em 12 meses, o avanço desacelerou de 3,3% em agosto, para 2,8% em setembro.

### Vendas no comércio - mensal

Comparação com o mês imediatamente anterior, em %



Fonte: IBGE

Fonte: IBGE

A queda das vendas acontece após uma alta expressiva de 2% em agosto – resultado que foi revisado após leitura inicial de alta de 1,3% divulgada anteriormente.

"A base de comparação elevada traz um impacto para este mês de setembro", ponderou Isabella. Ela lembrou também que no ano passado, no mesmo período, havia ainda a liberação de recursos do FGTS e do PIS, o que promoveu maior consumo das famílias.

No consolidado do 3º trimestre, o setor apresentou estabilidade (estagnação) no comparativo com trimestre imediatamente anterior, após alta de 0,8% no segundo trimestre e de 1% nos primeiros três meses do ano. Já na comparação com o 3º trimestre do ano passado, houve avanço de 1%.

### **Perda de fôlego**

O resultado veio pior que o esperado pelo mercado. A expectativa em pesquisa da Reuters era de baixa de 0,20% na comparação mensal e de avanço de 1,60% sobre um ano antes.

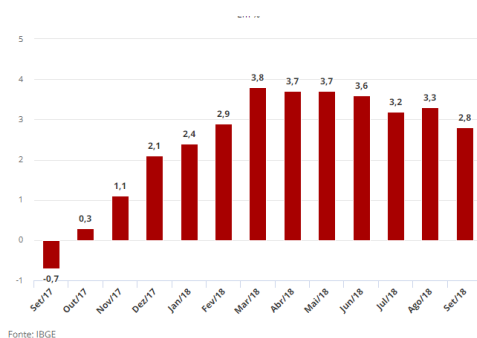
Desde abril, quando ocorreu a greve dos caminhoneiros, os resultados acumulados no ano e em 12 meses perderam ritmo de forma sistemática, apresentando ligeira recuperação em agosto, mas voltando a cair em setembro.

"Mas a leitura continua a mesma, de uma trajetória de recuperação. Apesar da perda de fôlego na passagem de agosto para setembro, os resultados acumulados continuam positivos", destacou a pesquisadora.

Com o resultado de setembro, o comércio ficou 7,3% abaixo do seu nível recorde, alcançado em outubro de 2014. Segundo o IBGE, o patamar atual é equivalente ao do que era observado em novembro de 2015. Em agosto, estava 6,1% abaixo do pico.

### **Vendas no comércio - acumulado em 12 meses**

Em %



### **Maiores quedas**

No varejo ampliado, que inclui as atividades de veículos e motos e materiais de construção, as vendas caíram ainda mais em setembro: 1,5%.

Segundo o IBGE, 6 das oito atividades pesquisadas registraram queda em setembro. O que mais pesou no resultado negativo de setembro foram as vendas de combustíveis e nos supermercados, que recuaram, respectivamente, 2% e 1,2%, na comparação com agosto. Os dois grupamentos foram também os mais pressionados pela inflação no período.

Vendas do comércio por segmento:

- Combustíveis e lubrificantes: -2%
- Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo: -1,2%
- Tecidos, vestuário e calçados: 0,6%
- Móveis e eletrodomésticos: 2%
- Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos: -0,4%
- Livros, jornais, revistas e papelaria: -1%
- Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação: -0,2%
- Outros artigos de uso pessoal e doméstico: -1%
- Veículos e motos, partes e peças: -0,1%
- Material de construção: -1,7%

A pesquisadora do IBGE destacou que a deterioração do mercado de trabalho tem relação direta com o baixo desempenho do comércio. Embora a massa de rendimento esteja aumentando, ela se dá por meio da ocupação informal, já que não têm sido gerados postos de trabalho com carteira assinada.

"Enquanto a gente não reverter essa situação fica muito difícil da gente ter um volume maior de vendas no varejo. Obviamente, o trabalhador com renda informal não tem tanto poder de consumo como aquele que tem assegurado benefícios", disse.

### **Vendas caem em em 16 das 27 unidades da Federação**

Na passagem de agosto para setembro, as maiores quedas nas vendas ocorreram na Paraíba (-6,4%), Minas Gerais (-3,1%) e Goiás (-2,0%). Por outro lado, houve altas em 11 das 27 Unidades da Federação, com destaque para Rondônia (8,4%), Tocantins (2,9%) e Acre (2,1%).

### **Perspectivas**

Com o desemprego ainda elevado, a economia brasileira tem mostrado um ritmo de recuperação ainda lento em 2018, mas nos últimos meses melhorou o otimismo dos empresários.

A confiança do comércio subiu em outubro e **atingiu o maior nível em cinco meses**, voltando para níveis anteriores à greve dos caminhoneiros, sugerindo que o pior momento do setor começa a ficar para trás.

Após divulgação de alta de apenas 0,2% no PIB no 2º trimestre, analistas do mercado passaram a projetar um crescimento de pouco mais de 1% em 2018. Segundo a última pesquisa Focus do Banco Central, a **expectativa do mercado é que a economia cresça 1,36% em 2018**, menos da metade do que era esperado do começo do ano.

## **Consumo decepciona e produção do setor têxtil fica estagnada em 2018**

13/11/2018 – Fonte: DCI (publicado em 12-11-2018)

A expectativa de crescimento não se cumpriu devido aos impactos da greve dos caminhoneiros e da valorização do câmbio e da matéria-prima; mercado espera um próximo ano mais positivo



Diante da impossibilidade de repassar preços, fabricantes tiveram que reduzir seus custos de produção

O setor têxtil teve um 2018 abaixo das expectativas e projeta que o ano vai se encerrar com estagnação. Mesmo as encomendas de final de ano não devem ser suficientes para alterar o quadro.

"Foi um ano frustrante. Trabalhávamos com uma visão de crescimento de 3% a 4% na produção e 5% a 6% no varejo, mas isso não se consolidou. Devemos terminar o ano no zero a zero, na melhor das hipóteses", declarou o presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), Fernando Pimentel.

O dirigente aponta vários motivos para o desempenho negativo. "O crescimento não veio por várias razões: greve dos caminhoneiros, Copa do Mundo e melhora do crédito, que desviou o consumo para bens de valor mais elevado, como televisores. Também

não podemos ignorar o clima, já que o inverno neste ano não teve um frio constante e isso afetou o consumo das coleções.”

O CEO da Nilit, Paulo de Biagi, aponta que após um bom desempenho nos dois primeiros meses do ano, ocorreu uma parada geral no mercado.

“O câmbio explodiu e houve falta de matéria-prima. O ano será um dos anos mais negativos desde 2014, em termos de resultados financeiros.” Ele explica que o volume de vendas não foi ruim, mas os custos comprometeram as margens. “A empresa cresceu, mas o mercado não. Ficou estagnado.”

Fabricante de fios de poliamida (nylon), a empresa enfrentou os impactos da valorização da matéria-prima. “Por conta de adequações ambientais, a China fechou muitas fábricas, reduzindo a oferta de poliamida. Esse aumento de preço foi potencializado pela valorização do dólar”, conta De Biagi.

Ele explica que empresas do setor tiveram que reduzir seus custos, diante da impossibilidade de fazer o repasse de preço para o consumidor. “Buscamos alternativas de matéria-prima e enxugamos os custos das fábricas por meio de ações de produtividade e eficiência energética.”

O diretor comercial da CTM Fios, Carlos Modolo, também avalia o ano como abaixo do esperado. “A grande maioria dos clientes teve dificuldades devido a eventos como a greve dos caminhoneiros, Copa do Mundo e eleições. Esses três fatores, mais a questão cambial, afetaram o mercado.”

De acordo com Modolo, com exceção do algodão, todos os insumos impactaram fortemente o dólar. “O começo da cadeia sofre, não consegue repassar o preço para o elo seguinte, que são as malharias.”

Ele ressalta que a desvalorização do real também traz um ponto positivo. “O varejo tende a importar menos, concentrando as compras na indústria nacional e a cadeia fica mais oxigenada.”

Modolo aponta que também seria importante mais equilíbrio nas importações. “Deveria haver mais dificuldades para trazer o produto pronto e facilitar a entrada da matéria-prima que não existe aqui e máquinas e tecnologias para produção.” Ele também destaca que as importações ilegais continuam sendo um problema. “Esses produtos entram no País sem arrecadação e prejudicam a indústria formal.”

O executivo declara que a empresa não irá crescer em 2018. “Infelizmente, não atingimos nossa meta.”

### **Expectativas**

De Biagi acredita que 2019 será mais positivo. “Ficamos otimistas pela situação política que passou, pelas intenções apresentadas pelo novo governo de reduzir déficit e realizar as reformas. Mas não esperamos nenhum milagre, porque o problema é grande.”

O executivo afirma que é preciso esperar para conhecer quais medidas econômicas serão implementadas pelo próximo governo federal.

“Veremos quais os efeitos na redução da dívida e geração de emprego, fazendo a economia girar. Temos otimismo, mas sem euforia, o crescimento não deve ser muito grande, de 1% a 2%.”

Modolo prevê que, com estabilidade econômica, o mercado voltará a investir em 2019. “A movimentação econômica atinge toda a cadeia.”

## "TUBARÕES" INVESTEM R\$ 545 MIL EM EMPRESAS DO VALE DO AÇO

13/11/2018 – Fonte: PEGN



Participantes da Semana Global do Empreendedorismo tiveram a oportunidade de apresentar seus projetos ou ideias para investidores (Foto: Pexels)

No último sábado (3), Ipatinga recebeu o Festival Effectuation: o empreendedorismo para criar o futuro, evento promovido pelo Sebrae Minas dentro da **Semana Global do Empreendedorismo**.

O destaque da programação foi o Shark Tank no Vale do Aço, atividade na qual os participantes tiveram a oportunidade de apresentar seus projetos ou ideias para investidores da região.

O evento reuniu três "tubarões" do Vale do Aço e 11 empresas, entre startups e tradicionais, que realizaram pitches de 3 minutos, em busca de investidores. Ao todo, foram 205 participantes.

Duas startups e uma empresa tradicional da região foram escolhidas para receber um total de R\$ 545 mil em investimento dos tubarões. A startup QClube recebeu um aporte de R\$ 125 mil do empresário e Investidor Anjo Carlos Augusto Paiva, fundador da Gigamet, correspondente a 25% da sociedade.

A QClube é um clube de vantagens que está no mercado há 10 anos e que agora conseguiu ser apadrinhado por uma empresa de sucesso no mercado.

Outra empresa que recebeu investimento foi a UNIT K-9, empreendimento que fabrica equipamentos e acessórios para cachorros. O investidor e também empresário Vitor Bizarro, fundador da ACS COMPANY, aportou R\$ 120 mil na UNIT K-9, o que corresponde a participação de 30% na empresa.

Além destas, mais uma empresa recebeu investimento de um dos tubarões. Em reunião ocorrida na última segunda-feira (5), o investidor Carlos Augusto Paiva também fechou um aporte de R\$ 300 mil, correspondentes a 10% da Usivox, startup que nasceu no Hackathon Indústria Vale do Aço no ano passado e foi finalista do AGITA Vale do Aço 2018.

O evento contou, ainda, com a presença de Camila Farani, premiada como Melhor Investidora-Anjo no Startup Awards 2016 e sócia-fundadora da G2 Capital, uma boutique de investimentos em empresas de tecnologia. Na palestra "Como me tornei um tubarão", Camila narrou sua trajetória até os dias de hoje e contou como seus erros e acertos a transformaram.

"Com esse evento, realizamos sonhos e geramos resultados concretos, unindo duas pontas literalmente complementares", destaca o gerente da regional Rio Doce e Vale do Aço do Sebrae Minas Fabrício Fernandes.

13/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

**Presidente da Fundação Schwab anuncia 3 categorias para mundo corporativo, academia e setor público**

Ao completar 20 anos, a Fundação Schwab, que realiza o Prêmio Empreendedor Social ao redor do mundo, reforça a importância do ecossistema ao lançar três novas categorias no concurso, que reconhece empreendedores sociais em mais de 60 países (leia quadro ao lado). Em entrevista exclusiva à **Folha**, Hilde Schwab fala sobre o ecossistema no Brasil.



Hilde Schwab, presidente e cofundadora da Fundação Schwab para o Empreendedorismo Social, entidade co-irmã do Fórum Econômico Mundial - Adriano Vizoni/Folhapress

**Quais são os principais marcos da Fundação Schwab nesses 20 anos?** Começamos com menos de 30 dos principais empreendedores sociais já consolidados quando o conceito ainda era incipiente. Durante duas décadas construímos a maior comunidade de empreendedores sociais: mais de 350 fundadores e diretores-executivos de organizações que contribuem para a missão do Fórum Econômico Mundial de melhorar o estado do mundo.

**Qual o papel do Fórum Econômico Mundial nesse processo?** É preciso legitimidade e visibilidade internacionais. Empreendedores sociais da nossa rede regularmente participam do Fórum Econômico Mundial, em Davos, ao lado de líderes de Estado e importantes lideranças. Isso gera atenção da mídia e leva a novos financiadores, investidores ou parceiros governamentais. Também construímos uma comunidade. Eles celebram realizações, aprendem com sucessos e reveses e ajudam uns aos outros.

**Como o empreendedorismo social ganhou espaço e relevância dentro do Fórum Econômico Mundial?** Quando inauguramos a comunidade de Empreendedores Sociais no Fórum Econômico Mundial em 1998, o conceito e até mesmo o termo era novo, não tão bem compreendido.

Ao longo dos anos, a comunidade cresceu em tamanho e relevância, com soluções inovadoras para alguns dos problemas mais prementes do mundo. Hoje, empreendedores sociais se envolvem em pé de igualdade com empresas e governos mais importantes do mundo para escalar ou replicar seus modelos ao redor do mundo.

**Qual o sentido de lançar categorias na premiação?** Reconhecer o fato que a inovação social requer líderes visionários em todos os setores. Há um interesse crescente de governos, negócios e universidades em desenvolver e fomentar suas abordagens em inovação social junto com empreendedores sociais.

As novas categorias do prêmio irão permitir à Fundação Schwab engajar diretamente líderes de um ecossistema mais amplo e adotar colaborações mais profundas e de impacto.

**Quais as contribuições dos brasileiros para a comunidade global da Schwab?** Eles atacam alguns dos problemas mais urgentes do país, incluindo reabilitação de condenados, modernização do sistema educacional por meio do ensino digital e proteção da Amazônia. Carlos Pereira, da Livox, fornece tecnologia para que pessoas com deficiências possam se comunicar e aprender. Ele encontrou outros três empreendedores no Fórum Econômico Mundial e formaram parceria para levar o modelo para a Europa.

**Como avalia o crescimento do ecossistema do empreendedorismo social no Brasil?** Admiro os brasileiros que trabalham para fazer a mudança social acontecer em um contexto difícil. Vemos o ecossistema crescer, além de termos empresas, investidores, governos e organizações de mídia influentes olhando para modelos de sucesso.

**O mundo se tornou um lugar melhor desde que o empreendedorismo social se tornou um movimento global?** Sim! Empreendedores sociais são meus exemplos. Trabalham em contexto desafiador e até adverso. Persistem, mesmo diante de retrocessos e frustrações. E coletivamente têm transformado a vida de centenas de milhões de pessoas no mundo, fornecendo educação, oportunidade, meios de subsistência e dignidade. É uma das grandes alegrias de minha vida amplificar o trabalho desta comunidade global.

---

### **Fundação Schwab cria categorias em concurso global**

Realizadora do Prêmio Empreendedor Social no mundo e parceira da **Folha** no Brasil, entidade amplia reconhecimento e representatividade de sua rede internacional

### **Intraempreendedor Social Corporativo**

Identifica líderes de empresas que trabalham para desenvolver novos produtos, iniciativas, serviços ou modelos de negócios que visem desafios socioambientais e beneficiem populações de baixa renda, ao mesmo tempo que gerem retorno financeiro ou benefícios para as corporações

### **Intraempreendedor Social Setor Público**

Reconhecimento de inovadores sociais como legisladores, responsáveis por políticas públicas, líderes de entidades governamentais ou mistas e de organizações internacionais que utilizam o poder empreendedorismo social para criar bem público com ferramentas e políticas adequadas

### **'Thought Leader' da Inovação Social**

Premiação destinada a especialistas reconhecidos e respeitados, como acadêmicos, autores, desenvolvedores de ecossistemas e fornecedores de serviços técnicos, que contribuem para o conhecimento e a prática globais de empreendedorismo e inovação social.

## **Nova geração influencia investimento de impacto por famílias bilionárias**

13/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

### ***Fundos e family offices começam a mirar com força em bons negócios sociais e sustentáveis***

A troca de gerações no comando de empresas e grupos econômicos faz bem às finanças sociais. É o que demonstra a evolução por faixa etária dos investimentos de impacto, aqueles alocados em negócios que aumentam a probabilidade e o ritmo de solução de problemas socioambientais.

"No Brasil, sentimos que as novas gerações são as grandes mobilizadoras dessas mudanças nas famílias: 89% dos herdeiros querem fazer investimentos de impacto",



diz Rodrigo Tavares, fundador e presidente do Granito Group, que opera em São Paulo e Zurique.

Tavares presta serviços de consultoria e assessoria financeira para family offices, estruturas que gerem investimentos e patrimônio de grandes fortunas. Segundo ele, que integrou o painel "Nova Geração de Investidores de Impacto", realizado domingo (4), no Fiis, quanto mais velhos os clientes, menor o interesse em investimentos de impacto.

"Na geração X o índice é de 70%; entre os 'baby boomers' cai para 49%", diz o português radicado no Brasil, referindo-se respectivamente a investidores na faixa dos 40 e dos 60.

Fernando Setúbal e Rodrigo Pipponzi são a prova dessa evolução geracional entre famílias brasileiras de alta renda. Na faixa dos 30, eles começam a influenciar os investimentos do portfólio familiar.

"Minha família é dona de uma grande rede de varejo, e naturalmente começamos a ter discussões de como criar um legado e devolver para a sociedade", diz Pipponzi, filho do fundador da rede Droga Raia. "É um processo mudar mentalidades e mostrar que existe outra forma de fazer negócio e investir para gerar impacto positivo."

Os Pipponzi estão entre o grupo de 12 family offices que investem em seis negócios de impacto no Brasil com o suporte do ICE (Instituto de Cidadania Empresarial).

"Estamos caminhando para um mundo em que será antiético investir em empresa que só visa o lucro", afirma Célia Cruz, diretora do ICE, que abriga e articula a Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto.

O movimento de finanças sociais é global e vem sendo acompanhado por Fernando Setúbal, expoente da nova geração da família de banqueiros. No painel do Fiis, ele relatou viagens aos Estados Unidos e ao Reino Unido para ver de perto a tendência.

"O desafio é conseguir ampliar os investimentos e medir os diferentes níveis de impacto", diz Setúbal, que é doutor em economia e membro do comitê financeiro da Fundação Tide Setubal.

Chama a atenção do economista o fato de cada vez mais empresários buscarem negócios que tragam algum benefício à sociedade e sejam financeiramente sustentáveis.

Na esteira dessa tendência, fundos e consultorias têm atuado em um nicho cada vez mais relevante.

"O PIB combinado do mundo soma cerca de US\$ 85 trilhões. Desses, US\$ 23 trilhões, ou seja 27%, são de economia sustentável", explica o fundador do Granito Group. "Então, finanças sustentáveis não são algo periférico, marginal. Já correspondem a um quarto do mercado de capitais."

Para Célia Cruz, quando uma família de alta renda decide mover recursos para negócios de impacto socioambientais, acaba por alavancar uma série de outros atores no ecossistema.

"Nossa meta é que, até 2020, mais famílias brasileiras movam de 1% a 3% de seu portfólio para produtos de impacto. Para isso é preciso que os bancos entrem, oferecendo mais negócios e produtos com esse perfil", afirma Célia.

De acordo com o presidente do Granito Group, os family offices foram os últimos a chegar aos investimentos de impacto, globalmente. No entanto, atualmente 38% deles

já fazem esse tipo de aposta, dentro do que Tavares chama de uma floresta de modelos e possibilidades sustentáveis de investimentos de impacto. "E 45% das famílias querem crescer seus portfólios nesta seara."

No Brasil, nos últimos anos, foram R\$ 131 milhões de investimentos direcionados para a área. "Precisamos mover engrenagens para trazer mais capital para esse campo. Se olharmos para a filantropia e os investimentos do governo, não há recursos suficientes para bancar toda a inovação social de que o Brasil precisa."

Um discurso que encontra eco entre os mais jovens, segundo Tavares. "Várias famílias brasileiras têm Fernandos e Rodrigues, interessados em mobilizar investimentos de impacto dentro de seus family offices", conclui o consultor.

---

### **economia do bem**

**27%** é a parcela da economia global que possui ativos geridos sob o ângulo da responsabilidade social e ambiental, o que corresponde a **US\$ 23 trilhões**

**1%** desse mercado, apenas, é de investimentos de impacto, no qual os aportes são feitos em produtos ou serviços que geram impacto positivo mensurável

**38%** dos family offices (estruturas de gestão de patrimônio de famílias ricas) investem em empreendimentos sustentáveis

**45%** deles pretendem aumentar os investimentos desse tipo nos próximos 12 meses

### **Com tecnologia, startup democratiza aplicação de recurso de renúncia fiscal**

13/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

### ***Mathieu Anduze e Raphael Mayer fazem da Simbiose Social uma plataforma de dados públicos***

Na viagem de formatura do ensino médio para Cancún, Raphael Mayer, 24, embarcou como empreendedor. Mathieu Anduze, 25, foi um dos cerca de 80 clientes de um pacote que seu colega de classe negociou com uma agência de turismo.

A trajetória dos dois voltaria a convergir anos depois, quando deixaram seus empregos em multinacionais para empreender com propósito.

Desde cedo e em meio à separação dos pais, Raphael canalizava sua veia de mercador: aos sete anos, na 1ª série do ensino fundamental, vendia para os coleguinhas de classe lápis de cor que customizava com gesso e tinta, emprestados da mãe arquiteta. "Era o rei da cantina", conta ele sobre o dinheiro que descolava para suas pequenas vontades.

Não foi diferente no ensino médio, quando acertou com a agência de turismo que, se conseguisse engajar mais alunos, sua comissão seria a viagem de formatura. "Eles iam com panfletos na escola, e aquilo não ia vender nunca. Gravei um DVD e teve recorde de vendas."

Foi o passaporte para curtir as águas caribenhas não só na com sua turma de formatura, mas nos dois anos seguintes.

Mathieu também é inquieto, traço que vem do avô argelino. "Ele viajou muito, sempre se desafiou." O patriarca trouxe a família ao vir trabalhar como engenheiro no Brasil.

Apesar de ter sangue francês pelo lado do pai, também engenheiro, e da mãe, designer, o jovem nascido e criado em São Paulo trocou o Lycée Pasteur pelo colégio São Luís, onde conheceu o futuro sócio.

A Simbiose Social foi fundada em 2017 para democratizar o acesso aos recursos de leis de incentivo com uma plataforma que permite às empresas encontrarem projetos alinhados com suas demandas.

Foi ainda na escola que Mathieu se deu conta de como as injustiças o incomodam. "Minha ficha caiu." Incentivado a sair da bolha pelos pais, ele e outros adolescentes da escola de elite paulistana foram voluntários em projeto para triar lixo na periferia.

Na faculdade, tanto Mathieu, na ESPM (Escola Superior de Propaganda e Marketing), quanto Raphael, no curso de administração na FGV (Fundação Getúlio Vargas), cultivaram o espírito empreendedor. Um fazia consultoria para ONGs na ESPM Social; o outro prestava serviço em uma Empresa Júnior.

Sempre em contato, os jovens acabaram escolhendo a Inglaterra para um intercâmbio em 2014. No início daquele ano, Raphael partiu para fazer um curso de inglês e outro na London Business School.

Ao final, quis permanecer por lá nas férias e viu uma oportunidade na Copa do Mundo do Brasil. Decidiu oferecer um acordo ao dono de uma boate: fazer promoções para atrair torcedores para assistir aos jogos.

Apresentou o conceito de oferecer torres de chope e montou uma proposta que incluía uma dose de tequila grátis a cada gol.

"Vendia cada mesa para dez pessoas por 100 libras (R\$ 525). Depois que vendi um jogo da Bósnia, vendia qualquer um", conta o brasileiro.

Enquanto Raphael retornava ao Brasil, Mathieu partia para Londres para fazer um estágio. Corintiano apaixonado, foi conhecer o Corinthians Casuals, que originou o clube paulistano e está na oitava divisão inglesa. Acabou voluntário por seis meses.

O brasileiro ajudou a promover a vinda do Casuals ao Brasil para um amistoso em São Paulo.

"Arrecadamos R\$ 200 mil com patrocinadores em um dia", conta Mathieu. Bombou o evento em um programa esportivo na TV, ao lado do ídolo Netto.

## **TEIA DE PROPÓSITOS**

De volta ao Brasil, os dois entraram em programas de trainees: Raphael, na Ambev, e Mathieu, na Unilever.

Por coincidência, foram trabalhar em áreas que se ocupavam do recurso para leis de incentivo fiscal.

Logo se deram conta de que queriam empreender, e o aprendizado no mundo corporativo veio a calhar.

Raphael convidou Mathieu para montar um negócio. A ideia surgiu quando Helena Miguel, prima de Raphael, pediu ajuda para inscrever um projeto para captar recursos via Lei Rouanet. "Ela fundou o Pronto Sorrir, que atua com humanização hospitalar com crianças", diz Raphael.

A dupla sabia que as verbas de renúncia fiscal muitas vezes eram definidas quase no prazo limite e sem critérios claros.

"Pela primeira vez usei a minha habilidade em vendas para fazer recurso com um propósito maior", afirma o administrador de empresas, sobre o desafio de conseguir o aporte de R\$ 438 mil e levar o Pronto Sorrir para hospitais públicos. "Isso virou uma chave dentro de mim."

Diante da insistência para auxiliar outros empreendedores sociais a vencer entraves, os universitários viram nisso um potencial de mercado.

O modelo de negócio da futura startup social foi tema do trabalho de conclusão de curso de Raphael na FGV, com ajuda de Mathieu, que se formava na ESPM. Trabalharam a quatro mãos para avaliar o mercado de leis de incentivo fiscal e propuseram uma solução inovadora para empresas e captadores.

“Todo mundo falava que aprovar o projeto era fácil, mas captar recurso era impossível”, lembra o administrador.

No âmbito federal, 71% dos projetos aprovados não saem do papel; e dos R\$ 3 bilhões disponíveis para a renúncia fiscal em 2016, cerca de R\$ 1,6 bilhão, quase metade, não foram utilizados.

Chegar às informações não foi fácil. “Ao ligar na Receita Federal para pedir o histórico de investimento de todas as empresas do país, só faltaram rir.”

Como são dados públicos, usaram a Lei de Acesso à Informação. Foi quando ganharam outro sócio, o ex-programador da IBM Tadeu Silva, 28, que desenvolveu robôs para baixar os dados públicos.

Horas depois de começar a coleta das informações, os sistemas dos ministérios e da Receita Federal ficaram fora do ar. “Achei que o Japonês da Federal ia aparecer na minha porta”, brinca Mathieu.

Após ajustar o robô, que era mais rápido do que o sistema do governo permitia, a Simbiose Social tinha em mãos um banco de dados de mais de 182 mil projetos sociais, culturais e ambientais do país.

“Temos na nossa base o histórico do que cada empresa fez com recursos de renúncia fiscal no país nos últimos 25 anos e para onde foi cada centavo”, diz Raphael. “São mais de R\$ 80 bilhões mapeados e 60 mil CNPJs.”

Em parceria com o FGV Cenn (Centro de Empreendedorismo e Novos Negócios da FGV), estão criando um ranking nacional. O I3C (Índice de Investimento Incentivado em Cultura) pontua os projetos a partir do impacto social que geram e como as empresas investem na área.

“Além de apoiar as empresas para investir melhor, é uma forma de mostrar para a sociedade como elas estão evoluindo na democratização do investimento sociocultural”, explica Edgard Barki, coordenador do FGV Cenn.

O índice está previsto para ser lançado em março de 2019. “É para valorizar quem faz bem”, afirma Mathieu.

Lição que os sócios da Simbiose Social aprenderam com Wellington Nogueira, fundador do Doutores da Alegria, empreendedor cansado da guerra de captar recursos.

Pioneiro em se travestir de palhaço para levar alegria aos hospitais, Nogueira inspirou o Pronto Sorrir, ONG que contou com ajuda primordial dos futuros sócios da Simbiose.

Helena, quando criança, assistia aos ensaios do Doutores da Alegria ao lado de pai, médico que abriu as portas do Hospital das Clínicas, em São Paulo, para a trupe de palhaços.

“A teia da vida é uma coisa linda”, afirma Nogueira. “E esta se formou e se traduz como simbiose, quando a mágica acontece.”

## **Falta de iniciativas pode frear potência da chamada 'economia prateada'**

13/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

### **Temor é que falte empreendedorismo para acompanhar o rápido envelhecimento dos brasileiros**

A transição demográfica provocada pelo envelhecimento da população brasileira deve turbinar a chamada "economia prateada", nome dado ao mercado de produtos e soluções desenvolvidos especialmente para pessoas acima de 60 anos.

Entre 2012 e 2017, o país agregou mais 4,8 milhões de pessoas à essa faixa etária, cujo total subiu de 25,4 milhões para 30,2 milhões, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Em 2030, estima-se, esse número deve chegar a 41 milhões, o equivalente a 18% dos brasileiros. Se confirmada a estimativa, será a primeira vez que a faixa etária dos idosos será superior à de crianças.

Hoje, a economia desse segmento populacional movimenta cerca de R\$ 1,6 trilhão por ano, e a demografia sugere crescimento contínuo. Profissionais que se debruçam sobre esse mercado, porém, temem que o potencial acabe inexplorado por falta de empreendedores preparados.

Segundo pesquisas na área da longevidade, a fase a que se convencionou chamar de velhice, depois dos 60 anos, será cada vez maior.

"E vamos viver bem, não vamos tirar férias eternas, vamos ser ativos por pelo menos 30 anos depois disso", declarou Layla Vallias, fundadora da Hype60+, consultoria de marketing focada em negócios para os mais velhos.

Envelhecimento com bem-estar altera a vida recolhida normalmente associada aos idosos. "Essas pessoas querem usufruir, querem transporte e serviços diferenciados, como um aplicativo de celular com letra maior, por exemplo", afirmou Ricardo Podval, co-fundador do Civi-Co, centro que reúne iniciativas de impacto cívico e social.

A plataforma EuVô é um exemplo de empresa brasileira direcionada à população maior de 60 anos. O serviço atende pessoas com problemas de locomoção, que precisam sair de casa para atividades como compras ou consultas médicas, mas não contam com um acompanhante para garantir sua segurança.

Victória Barboza, que abriu a empresa com o irmão Gabriel, conta que a ideia partiu das dificuldades da própria mãe, diagnosticada com esclerose múltipla há cerca de 26 anos, e da convivência com o avô, que também enfrentou problemas de mobilidade.

Segundo a empreendedora, a EuVô fez testes com potenciais clientes durante seis meses, treinando também os motoristas acompanhantes.

O serviço, que já funciona em São Carlos (interior de São Paulo), deve ser expandido para a cidade de São Paulo até o início de 2019.

Trazer o público-alvo para testar e dar feedback é um dos triunfos da nova empresa. A medida parte da lógica de que primeiro é preciso entender o público desejado para depois desenvolver produtos que façam sentido para ele.

"Quando empreendedores tiram as ideias apenas da própria cabeça, acabam cometendo erros muito grandes de mercado", afirmou Layla, da consultoria Hype60+.

---

## **Como os mais velhos ganham e gastam**

**R\$ 1,6 trilhão** é o que movimentam os mais maduros por ano, segundo o IBGE; o montante corresponde a 20% do total consumido no país

Levantamento nacional feito pelas empresas Pipe.Social e Hype60+, com 2.242 pessoas de faixa etária acima de 55 anos, descortina alguns aspectos

### **saúde**

**53%** têm plano de saúde, sendo que 68% deles são responsáveis pelo pagamento

**13%** cancelaram o convênio nos últimos cinco anos

### **Trabalho**

**60%** dos entrevistados se declaram responsáveis por metade da renda bruta de suas famílias

**29%** dizem trabalhar muito para sustentar a si e à família e não podem parar

### **Lazer**

**43%** dedicam quatro horas diárias ou mais a atividades de lazer e ócio

**44%** preferem frequentar parques, praças e espaços ao ar livre

## **Com Guedes, BNDES foca em infraestrutura e mercado de capitais**

13/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

### ***Escolha de Joaquim Levy para presidir banco é primeiro passo de estratégica mais ampla***

O futuro superministro da Fazenda, Paulo Guedes, prepara um novo norte com Joaquim Levy à frente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). A expectativa é que o banco encolha ainda mais, com a devolução adicional de recursos que hoje estão em caixa ao Tesouro Nacional.

Sob Levy, a equipe econômica de Jair Bolsonaro considera que há risco zero de o BNDES não devolver os recursos que deve ao Tesouro e, eventualmente, poderá cumprir o cronograma até mais rapidamente do que o previsto.

Isso ajudaria o governo a abater a dívida pública e reduzir a pressão do ajuste fiscal. Neste ano, o BNDES firmou um acordo com o governo para devolver R\$ 25 bilhões por ano até 2040.



Fachada da sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Social - Rafael Andrade/Folhapress

São recursos que foram injetados no banco durante as gestões Lula 2 e Dilma Rousseff 1 com o objetivo de ampliar os empréstimos e acelerar o crescimento econômico, mas acabaram represados no banco.

O BNDES, por sua vez, ficará com menos capital para empréstimos e, com isso, deverá mudar seu perfil de investimentos, direcionando mais recursos para projetos de logística e infraestrutura e também para inovação e tecnologia.

O terceiro pilar de atuação do banco sob Levy será a estruturação de operações de crédito para viabilizar privatizações, deixando os financiamentos de longo prazo para a iniciativa privada.

A instituição será um parceiro fundamental do PPI (Programa de Parcerias em Investimentos) na tarefa de preparar a modelagem dos projetos, indicando as melhores alternativas de financiamentos.

O banco não será uma delas para boa parte dos casos. As metas estão no roteiro de Levy que, segundo pessoas próximas, defende que o banco não deve competir com a iniciativa privada.

Atualmente, o banco tem alguns produtos nessa linha, como um fundo de debêntures que garante até 50% de investimentos em projetos de infraestrutura de até R\$ 300 milhões.

Hoje, a carteira de empréstimos tem 23% dos recursos voltados a micro e pequenas empresas e 40% para projetos de infraestrutura. Uma das hipóteses em discussão, no entanto, é algo mais radical: estimular um mercado de debêntures incentivadas (títulos de dívida) para empresas.

Hoje, esses papéis só podem ser vendidos ao investidor pessoa física. De janeiro a setembro deste ano, o mercado movimentou R\$ 12,9 bilhões em debêntures incentivadas —nenhuma relacionada a projetos do BNDES. No mesmo período, os desembolsos do banco foram de R\$ 17,5 bilhões.

Técnicos do governo Michel Temer criticam, no entanto, a ideia de estimular a criação de um mercado de debêntures em um momento de crise fiscal. Para eles, já é ruim abrir mão de impostos de pessoas físicas, ampliar a isenção para fundos de investidores institucionais pioraria ainda mais as receitas.

Outra barreira é a natureza das debêntures. Esse tipo de papel costuma ter prazo de cinco anos. Os empreendimentos de infraestrutura exigem mais tempo, algo como 15 anos, pelo menos. Ou seja: não é o tipo de financiamento mais adequado para o setor.

### **Funcionários temem encolhimento do banco**

No BNDES, funcionários de carreira estão preocupados com a escolha de Levy e com a previsão de que ele comandará um encolhimento do banco.

Assim como Guedes, ele é doutor pela Universidade de Chicago, no Estados Unidos, reduto do liberalismo econômico, que vê com reservas a atuação do Estado na oferta de financiamento à iniciativa privada (só deve ocorrer quando há falhas de mercado que emperram a oferta de crédito).

Para ocupar o cargo no governo Bolsonaro, Levy deixa a diretoria financeira do Banco Mundial, em Washington, para onde foi após deixar o governo Dilma, em 2015.

Antes de ocupar a Fazenda, Levy foi funcionário do FMI (Fundo Monetário Internacional), secretário do Tesouro no primeiro mandato de Lula (2003-2006) e secretário de finanças do Estado do Rio de Janeiro (2007-2010).

Seu retorno ao governo, dessa vez pelas mãos de Guedes, é lido por pessoas que conhecem o ex-ministro como uma tentativa de recuperar sua imagem, após a passagem difícil no governo Dilma. Desde sua saída de Brasília, Levy vem optando pelo silêncio.

Nesta segunda, ao falar sobre a nova presidência do banco, Bolsonaro também voltou a declarar que será aberto o sigilo do BNDES, mas não soube explicar o que espera com a medida.

“Eu desconheço muita coisa do BNDES, são números que temos que tornar públicos, há uma reclamação por parte da população”, declarou, na porta de sua casa, na Barra da Tijuca, zona oeste do Rio de Janeiro.

"Vai ter uma transparência do BNDES, isso todos os funcionários querem. Os empréstimos a outros países, qual é a garantia, se foi Tesouro, se não foi, a quantidade", disse.

"Nós queremos botar na mesa para vocês da imprensa, para todos tomarem conhecimento das transações feitas pelo BNDES, porque afinal de contas o dinheiro é público, é de todos nós," afirmou o presidente eleito.

## **Empresas articulam projeto que prevê compensação a índios por novas hidrelétricas**

13/11/2018 – Fonte: DCI (publicado em 12-11-2018)

Um conjunto de empresas de energia irá propor ao governo federal um projeto de lei para a criação de um novo mecanismo para compensar populações e terras indígenas pela construção de hidrelétricas em seus territórios, afirmou nesta segunda-feira o diretor de Estratégia e Comunicação da gigante francesa Engie, Gil Maranhão.

A iniciativa busca viabilizar a exploração do potencial hidrelétrico remanescente no Brasil, onde a legislação prevê um longo processo de licenciamento ambiental para os projetos que passa inclusive por consultas públicas junto às comunidades que serão impactadas.

As hidrelétricas respondem atualmente por mais de 60 por cento da capacidade de geração do Brasil, mas a fonte tem perdido espaço para empreendimentos eólicos e solares nos últimos anos, principalmente devido à dificuldade das usinas hídricas para avançar no licenciamento.

A ideia, segundo o executivo da Engie, é que o edital de leilões para concessão de projetos hídricos já estabeleça um determinado valor, em reais por megawatt-hora produzido, que seria direcionado a um fundo a ser gerido em conjunto por empreendedor, lideranças indígenas e Fundação Nacional do Índio (Funai).

Esse mecanismo, para as empresas, permitiria reduzir eventuais resistências de indígenas ou de comunidades locais à implementação de novas hidrelétricas.

A Engie é líder entre agentes privados no setor de geração de energia no Brasil, com participação em mais de uma dezena de hidrelétricas, incluindo uma fatia majoritária na usina de Jirau, em Rondônia.

"A estrutura atual... não propicia construção de hidrelétricas, porque as populações indígenas só têm a perder. Na medida em que você os chama para serem sócios, acho que é uma barreira a menos", disse Maranhão, ao participar de um evento na Empresa de Pesquisa Energética (EPE) no Rio de Janeiro.

O diretor de Estratégia da Engie disse que a proposta das empresas do setor leva em conta que grande parte do potencial disponível para novas hidrelétricas está em terras indígenas e que a exploração desses recursos geraria benefícios ao país.

Atualmente, os empreendedores têm que cumprir obrigações socioambientais definidas no momento de obtenção das licenças ambientais dos empreendimentos, mas a análise é realizada caso a caso e geralmente envolve ações de compensação, e não meramente repasses financeiros aos afetados pelos projetos.

O executivo explicou que o projeto de lei já está pronto e aguarda a definição da equipe do novo governo para discussão. O presidente eleito Jair Bolsonaro ainda não apontou nomes para o Ministério de Minas e Energia.



Maranhão não entrou em mais detalhes sobre o projeto e sobre as empresas envolvidas na elaboração da proposta. Ele também não comentou prazos para a implementação das mudanças em caso de aprovação do texto.

Durante as eleições presidenciais, o candidato Fernando Haddad (PT) defendeu entre as propostas para o setor de energia que "povos do campo, das florestas e das águas" afetados por projetos hidrelétricos possam "se tornar sócios dos empreendimentos, recebendo, por exemplo, royalties".

## **Gasto com aposentadorias e pensões de servidores alimenta a crise fiscal em todo o país**

13/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

***Este artigo é o terceiro artigo da série de propostas para a Previdência, capitaneada por Armínio Fraga e coordenada por Paulo Tafner***

É urgente rever as regras previdenciárias do funcionalismo público: os regimes próprios (RPPS). Em 2018, o governo federal sozinho vai gastar cerca de R\$ 130 bilhões com aposentadorias e pensões dos servidores civis e com inatividade e pensões militares.

Mantidas as regras, em 2022, esse gasto federal está estimado em R\$ 164 bilhões. Já estados e municípios gastaram perto de R\$ 206 bilhões com seus regimes previdenciários em 2017.

Atrasos de salários e benefícios do funcionalismo e de pagamentos de fornecedores são facetas visíveis da crise previdenciária que aflige, em maior ou menor grau, os entes da Federação.

Todos os estados, o Distrito Federal e mais de 2.000 municípios, incluindo todas as capitais dos estados, têm regimes próprios de Previdência para seus servidores. Até a reforma constitucional nº 20/98 não havia nenhuma preocupação com o equilíbrio desses regimes.

Todos os RPPS adotaram o modelo de repartição simples. Em muitos casos, não havia nenhuma contribuição dos servidores ou eram apenas simbólicas. Além disso, as contas da Previdência frequentemente se misturavam com os custos da saúde dos servidores.

Após a EC 20/98 e a lei nº 9.717/1998, iniciou-se uma reorganização dos RPPS estaduais e municipais. O extinto Ministério da Previdência Social e vários Tribunais de Contas começaram a auditar os RPPS e a editar as regras que regem o seu funcionamento.

Desde então, a gestão tem melhorado. Mas os RPPS antigos, especialmente da União, dos estados e das capitais, têm um enorme passivo referente ao período em que não havia capitalização.

Infelizmente, as reformas anteriores definiram regras de transição longuíssimas, que demorarão a ter efeito. Além disso, não previram mecanismos práticos e eficazes para saldar o passivo atuarial acumulado ao longo de décadas sem preocupação com a sustentabilidade.

Vários estados e diversos municípios já não conseguem prestar serviços públicos básicos e essenciais, estabelecidos na Constituição. A intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro é uma consequência notória dessa situação.

Em outro caso, os investimentos públicos têm caído sistematicamente em quase todos os estados. Enquanto isso, apenas entre 2016 e 2017, a despesa previdenciária dos estados aumentou mais de 10% acima da inflação!

O quadro é ainda mais grave porque essas transferências previdenciárias alcançam poucas famílias, que não são as mais pobres. Enquanto, na iniciativa privada, os trabalhadores se aposentam com a média de suas contribuições, os servidores públicos que ingressaram até 2003, aqueles que se aposentarão nas próximas décadas, recebem o último salário da carreira ("integralidade").

A continuação dessa iniquidade não é aceitável. Para mitigar essas dificuldades, propomos a autorização para elevar ou reduzir a alíquota de contribuição previdenciária básica dos servidores, de acordo com o necessário equilíbrio atuarial.

Sugerimos ainda a progressividade da alíquota contributiva; a igualdade de regras com o RGPS, com regra de transição em dez anos; a idade mínima de 55 anos para policiais civis e agentes penitenciários, com elevação gradual para 60 anos, com regra de transição em dez anos; e também o limite do valor do benefício equivalente ao teto previdenciário do RGPS, mediante a obrigatoriedade de criação de Previdência complementar.

Os regimes próprios deverão ser equilibrados e geridos fora do Estado, tirando parte desse peso das costas da sociedade. Será, porém, autorizado o aporte de ativos de acordo com um plano específico.

Depois disso, o regime terá de se viabilizar sozinho. Com as mudanças, nenhum agente político ou servidor de alta renda terá regras de aposentadoria privilegiadas.

### **Forças Armadas precisam de um sistema equilibrado**

As despesas com reservas, reformas e pensões militares da União devem ultrapassar os R\$ 46 bilhões neste ano. Isso equivale à metade do estratégico orçamento da Defesa Nacional. Nesse regime, houve mudanças e aprimoramentos no início dos anos 2000.

Assim, boa parte das afirmações sobre a existência de "privilégios" não passa de fantasia.

Mas reconhecemos ser necessário aprimorar as despesas com os benefícios. Isso garantirá recursos para investimentos em nossas Forças Armadas compatíveis com a relevância econômica, estratégica e geopolítica de nosso país.

De forma equivalente, é necessário garantir recursos para ajustar o padrão remuneratório, que, flagrantemente, encontra-se desajustado.

Não é razoável que oficiais médios ganhem, em final de carreira, menos que o salário inicial de algumas carreiras do funcionalismo público civil, nem tampouco que sejam menos remunerados do que seus congêneres estaduais.

Diante do quadro, entendemos ser necessária uma reforma do sistema de inatividade e de pensões das Forças Armadas, com a ampliação das atuais contribuições, que devem ser destinadas a cobrir os custos com reforma e pensões.

Também se mostra relevante ampliar o tempo de serviço nas Forças Armadas, bem como aplicar uma redução de benefício para aqueles que passem para a reserva com menos de 55 anos ou que se aposentem por invalidez não relacionada ao trabalho.

Os estados respondem constitucionalmente pela segurança pública. Dadas as atuais regras previdenciárias, os efeitos sobre a conta de benefícios são devastadores para as finanças estaduais.

Para o conjunto de estados, a carreira militar responde por 22% da despesa com Previdência e por 30% do déficit financeiro previdenciário.

Sua magnitude é tão expressiva que compromete a prestação dos demais serviços e praticamente anula a capacidade de investimento dos estados.

Assim, também as forças militares estaduais devem ser ajustadas em termos previdenciários. Entendemos que a normatização não deve continuar a cargo de cada estado, mas, assim como o caso civil, deve haver uma regra geral.

Além disso, essas regras devem ser similares às das Forças Armadas, porém, com gestão local e, tal qual os civis, com comprovação de equilíbrio financeiro e atuarial, de forma a não gerar novas dívidas para o futuro.

*Este artigo sobre os regimes próprios de Previdência para servidores civis e militares da União, dos estados e dos municípios, publicado nesta terça (13), compõe uma série de quatro que relatam a proposta capitaneada pelo economista Armínio Fraga e coordenada por Paulo Tafner para reformular o sistema de aposentadorias e pensões em todos os níveis*

### **Subsídio ao diesel deve ficar R\$ 2 bi mais barato que o previsto, dizem importadores**

13/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

#### **Preços internacionais do diesel e dólar estão em queda**

Os subsídios ao diesel, adotados depois da paralisação dos caminhoneiros, deverão custar R\$ 2 bilhões a menos que os R\$ 9,5 bilhões previstos inicialmente, de acordo com a Abicom, associação dos importadores de combustíveis.

Ao adotar a subvenção, o governo calculou que seria preciso pagar R\$ 0,30 por litro. A fatura, no entanto, será menor, segundo Sérgio Araújo, presidente-executivo da entidade.

“O preço do diesel teve uma queda, e o dólar também. O governo tem desembolsado valores entre R\$ 0,23 e R\$ 0,26 por litro do combustível. No fim, vai sobrar cerca de 20,8% do montante alocado.”



Frentista abastece veículo em Franca (SP) - Igor do Vale - 21.jul.17/Folhapress

A previsão é que as cotações sigam em tendência de baixa e não haja necessidade de seguir com o programa de subvenção, segundo Manoel Pires, pesquisador do Ibre/FGV.

A paralisação dos caminhoneiros aconteceu em um momento de “tempestade perfeita”: alta do dólar, do barril do petróleo e grande volatilidade nas remarcações de preços da Petrobras.

Além da mudança dos valores do câmbio e do diesel, a empresa estatal passou a redefinir valores mensalmente, o que ajuda os caminhoneiros e consumidores a se planejarem, segundo Pires.

"A tempestade se dissipou. O governo eleito está habilitado a resolver a questão. Ele [Bolsonaro] pode decidir manter a subvenção por motivos políticos —no fim do primeiro turno, ele agradeceu aos caminhoneiros pela votação."

Se o subsídio for prorrogado, não será uma despesa extraordinária, como é em 2018.

## **Distribuidoras de gás esperam que novo governo dê continuidade a mudanças no setor**

13/11/2018 – Fonte: DCI (publicado em 12-11-2018)



Rede ampla: distribuidora de gás natural atende área Noroeste de SP

Distribuidoras de gás natural no Brasil avaliam que o novo governo, que se posiciona como mais liberal, dará continuidade às reformas já em curso, potencialmente atraindo investimentos bilionários em infraestrutura nos próximos anos, disse à Reuters um dirigente da Abegás.

O remodelamento das regras do setor, retirando da Petrobras a exclusividade na comercialização de gás natural no país, é defendido há algum tempo pela Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado.

O governo federal e a ANP estão realizando uma ampla reforma regulatória, visando atrair novos concorrentes para a Petrobras no setor de gás. Há, inclusive, uma chamada pública sobre novos ofertantes do insumo em andamento.

Com o presidente eleito Jair Bolsonaro e sua equipe econômica liderada por Paulo Guedes, futuro ministro da Economia, assumindo o governo a partir de janeiro, a entidade espera pela concretização de algumas mudanças.

"Pelo que demonstra, ele (Bolsonaro) é pragmático. Até a forma de o governo atuar é mais liberal... A abertura de mercado, a abertura para novos agentes, é uma agenda que não dá para retroceder. Acho que o governo Bolsonaro vai reforçar essa agenda", afirmou o gerente de Estratégia e Competitividade da Abegás, Marcelo Mendonça.

As atuais regras do setor apresentam diversos impedimentos para a chegada de novos ofertantes de gás, como por exemplo limitações de acesso à infraestrutura de transporte e de processamento da Petrobras, dentre outras inúmeras questões, embora "um terço da produção esteja nas mãos de outros agentes", disse ele.

"É preciso um mercado mais aberto, mais competitivo, para se ter mais infraestrutura", comentou o gerente da Abegás, que reúne 22 associadas em seu quadro.

A Abegás projeta 32 bilhões de dólares em investimentos em um período de dez anos, envolvendo desde novos terminais de gás natural liquefeito (GNL) e gasodutos de escoamento da produção e de transporte até expansão do serviço de distribuição de gás canalizado e armazenamento e estocagem.

## CLIMA

Esses dez anos de investimentos praticamente coincidem com o prazo assumido pelo Brasil no Acordo do Clima de Paris, elaborado após a COP-21, para reduzir em mais de 40 por cento suas emissões de gases do efeito estufa até 2030, tendo por base os níveis de 2005.

Na avaliação de Mendonça, o gás natural poderia desempenhar papel importante para que o país alcance seus objetivos climáticos, privilegiando o produto na geração de energia em termelétricas em detrimento do óleo diesel, muito mais poluente.

Isso também reduziria os custos com geração, pouparia os reservatórios de hidrelétricas e compensaria as fontes solar e eólica em caso de não produção, destacou o gerente da Abegás.

"É preciso fazer uma releitura do setor elétrico", resumiu ele. Conforme dados do governo, o gás natural responde por 8 por cento da capacidade instalada de geração do Sistema Elétrico Nacional, acima do 1 por cento de diesel e bem atrás dos 60 por cento da hidrelétrica.

Enquanto mudanças não ocorrem, o setor comemora o aumento no consumo de gás, diante da retomada econômica. Em agosto, por exemplo, a demanda pela indústria foi recorde

### **Volkswagen poderá fabricar até 50 milhões de carros elétricos**

13/11/2018 – Fonte: DCI (publicado em 12-11-2018)

A Volkswagen poderá fabricar até 50 milhões de carros elétricos sob sua nova plataforma de veículos e está buscando ampliar a capacidade de produção nos Estados Unidos, afirmou o presidente-executivo da montadora alemã, Herbert Diess, à Automotive News.

"Montamos a fábrica em Chattanooga (nos EUA) sempre com a ideia de poder ampliá-la", disse Diess, segundo a publicação. "A fábrica ainda é muito pequena e estamos discutindo diferentes opções, pode ser carros elétricos, pode ser um derivado do Atlas (SUV), ainda está em aberto."

O executivo afirmou ainda que Volkswagen e Ford estão discutindo uma ampliação de cooperação, principalmente em veículos comerciais.

"O que estamos discutindo é sobre compartilhar algumas plataformas e locais de manufatura lá (EUA), o que faz sentido. E com o diálogo, podemos encontrar outras opções, mas isso será o foco principal, se chegarmos a uma conclusão."

A Ford poderia ajudar a Volkswagen a desenvolver uma sucessora global para a picape Amarok, disse Diess. Enquanto isso, a Volkswagen está aberta a licenciar a plataforma de carros elétricos MEB para terceiros, reiterou o executivo, explicando que isso seria uma forma de elevar economias de escala.

"Hoje, temos centenas de diferentes motorizações em nossa indústria e há muita diferenciação nisso. Eu acho que isso vai reduzir, porque as células de baterias se tornarão muito similares por causa da mesma base química", disse Diess.

Ele afirmou que a Volkswagen poderá fabricar 50 milhões de carros elétricos no mundo a partir de 2020 e que assegurou acordos de fornecimento de baterias para eles. O executivo disse que o licenciamento da MEB para outras montadoras de veículos poderá gerar ganhos de eficiência.

"É mais algo sobre economia de escala. O conjunto de bateria, em um futuro previsível, continuará sendo mais caro que um motor a combustão, então eu acho que faz muito sentido produzir mais volume", disse Diess.

Um porta-voz da Volkswagen afirmou que o número mencionado por Diess é um objetivo teórico de longo prazo para a plataforma MEB. A atual plataforma de veículos do grupo Volkswagen, MQB, atingiu cerca de 50 milhões de veículos a combustão ao longo de várias marcas e muitos anos, disse ele.

O grupo Volkswagen vendeu 10,7 milhões de veículos em 2017.

### **MWM vai distribuir peças de reposição da Meritor na Argentina**

13/11/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 12-11-2018)

#### **Fabricante de motores diesel fecha acordo com produtora de eixos trativos para ampliar oferta de componentes no país vizinho**

A fabricante de motores diesel MWM fechou acordo com a Meritor para distribuir peças de reposição da produtora de eixos trativos na Argentina.

Segundo comunicado, inicialmente os componentes serão enviados diretamente da fábrica da Meritor em Osasco, na região metropolitana de São Paulo, para a planta argentina da MWM em Jesús Maria, perto de Córdoba, de onde seguirão para 12 pontos de distribuição no país vizinho.

Além disso, as empresas informam que também estudam a fabricação e localização de alguns itens no país vizinho.

Todo o processo de treinamento dos repositores será feito conjuntamente, mas a garantia e assistência pós-venda será de responsabilidade da MWM.

O portfólio de peças a ser distribuído na Argentina soma aproximadamente 2 mil itens e será comercializado com embalagem e identificação da Meritor, com componentes para os segmentos veicular e de máquinas agrícolas.

"O acordo está inserido no plano de expansão dos negócios de peças de reposição da MWM. Nós ampliaremos a gama de reposição e a Meritor contará com nossa expertise e a capilaridade nos mercados em que atuamos. Por meio de parcerias como esta vamos expandir nosso portfólio em países estratégicos e buscar novos negócios sustentáveis", afirma Thomas Püschel, diretor da unidade de peças de reposição e marketing da MWM.

"Estamos certos que esta parceria nos trará abertura em novos mercados e teremos potencial para expandir este acordo", completa.

Para Luis Marques, gerente sênior de marketing e aftermarket da Meritor para a América do Sul, o acordo fortalece a presença da marca no país vizinho e a aproxima do consumidor final:

"Contaremos com a expertise da MWM no negócio argentino de reposição e aumentaremos nossa capilaridade naquele mercado. Essa aliança demonstra nosso comprometimento na busca pela excelência no serviço prestado aos nossos clientes, que contarão com estoque de peças local de produtos Meritor", afirma Marques.

## **Ssangyong traz novo lote e anuncia expansão da rede**

13/11/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 12-11-2018)



### **Importadora deu ênfase aos modelos Tivoli e Korando e promete mais duas concessionárias este ano**

A **SsangYong** pretende ampliar sua participação no mercado brasileiro e anuncia a chegada de um novo lote de carros até o fim do ano, lançamentos e continuidade da expansão da rede de concessionárias e oficinas especializadas para atender antigos e novos proprietários SsangYong.

O novo lote para abastecer a rede e foi selecionado com base no primeiro ano de experiência da marca sob o comando da Venko Motors. A gama oferecida nesta fase inicial de operações é composta pelo SUV compacto Tivoli, pelos SUVs Korando e XVL e a picape Actyon Sports. O mix do novo terá mais unidades do Tivoli e do Korando.

Entre as próximas cidades a receber concessionárias estão Campo Grande (MS) e Goiânia (GO, estas ainda em 2018, de acordo com a Ssangyong). "Após um cenário de incertezas políticas por conta das eleições, variação cambial e reuniões com os coreanos, estamos com boas perspectivas para ampliar o negócio SsangYong no País, incluindo lançamentos para 2019", diz o diretor de operações da Ssangyong Brasil, Marcelo Fevereiro.

Para o primeiro semestre de 2019 estão prometidos o SUV Rexton e a picape Musso, mas o executivo afirma que a Ssangyong terá mais lançamentos. Segundo a Venko Motors, a SsangYong Brasil tem lojas em Chapecó (SC), Caxias do Sul (RS), São Paulo (SP), Campinas (SP), Marília (SP), além de Brasília (DF) e Salvador (BA).

De acordo com a direção da empresa, os esforços também estão concentrados no desenvolvimento de oficinas para atender antigos e atuais clientes em paralelo à integração destas com a rede, com inaugurações previstas nas cidades do Rio de Janeiro (RJ), Porto Alegre (RS) e Curitiba (PR).

## **Continental compra divisão de tecnologia antivibração da Cooper Standard**

13/11/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 12-11-2018)

### **Após aprovação do acordo, unidade será integrada à divisão ContiTech**

A **Continental** chegou a um acordo para a compra da divisão de **tecnologias antivibração** da **Cooper Standard**, incluindo sua operação na França e uma joint venture na Índia. As empresas preveem assinar nas próximas semanas o acordo, que está sujeito à aprovação das respectivas autoridades antitruste e após a avaliação dos conselhos de trabalhadores. O valor do negócio não foi divulgado.

"Esta aquisição aprimora nosso negócio de controle de vibrações e nossa capacidade para atender ao setor automotivo a uma escala global. A redução do peso estimulará a mobilidade no futuro, porque menos peso provoca menos consumo de combustível e menor emissão de CO2. Isso aumenta a eficiência do veículo e ajuda a ampliar o alcance dos veículos elétricos e híbridos", disse o membro do conselho executivo da Continental e responsável pela divisão ContiTech, Hans-Jürgen Duensing.

A Continental atua no mercado de tecnologia de controle de vibrações e isolamento acústico há mais de 80 anos e faz parte da divisão ContiTech, que possui fábricas e centros de desenvolvimento em onze localizações na Alemanha, Brasil, China, Eslováquia, EUA, França e México.

Por sua vez, a Cooper Standard possui know how em sistemas antivibração, que inclui soluções para reduzir ruídos, vibração e a aspereza (NVH, na sigla em inglês) do veículo como forma de aprimorar a qualidade e a dirigibilidade. Com cinco fábricas pelo mundo, a divisão de sistemas antivibração da Cooper Standard opera no Canadá, França, Índia e Estados Unidos e emprega cerca de mil pessoas.

“Juntos, podemos aproveitar as oportunidades tecnológicas do futuro para veículos de passageiros e caminhões leves. Ao mesmo tempo, acrescentamos mais recursos internos de combinação nos Estados Unidos com capacidade total de desenvolvimento de materiais”, disse Kai Frühauf, chefe da unidade de controle de vibrações da Continental, à qual a organização deve ser integrada.

### **Produção de motos deve superar 1 milhão em 2018**

13/11/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 12-11-2018)



**No acumulado até outubro, as fábricas instaladas em Manaus já haviam montado 876,3 mil unidades**

**Fabricantes instalados em Manaus não alcançavam esse patamar desde 2015**

A **produção de motos** deve superar 1 milhão de unidades este ano, algo que não ocorria desde 2015, quando 1,26 milhão de unidades foram fabricadas no País. A projeção das montadoras para 2018 era de 980 mil unidades, mas os números do segundo semestre cresceram acima da expectativa.

Em outubro as empresas instaladas em Manaus montaram 99,2 mil motos, registrando alta de 23% sobre setembro. No acumulado do ano foram 876,3 mil unidades, 19,9% a mais que no mesmo período do ano passado. Os números foram divulgados pela Abraciclo, associação que reúne os fabricantes instalados em Manaus (AM).

*"O desempenho também nos deixa mais otimistas quanto ao comportamento do consumidor no próximo ano, que poderá manter a demanda em alta", estima o presidente da Abraciclo, Marcos Fermanian.*

O executivo afirma que os mesmos fatores que favoreceram as vendas em setembro continuaram a repercutir em outubro, como redução do índice de inadimplência, maior oferta de crédito, expansão dos consórcios e crescimento da confiança do consumidor.

As vendas do atacado (das fábricas à rede de revendas) acompanharam o crescimento da produção.

Em outubro foram repassadas 91,6 mil unidades, 19,5% a mais que em setembro. No acumulado dos dez meses foram 803,4 mil unidades e acréscimo de 19,4% sobre iguais meses de 2017.



## ARGENTINA PREJUDICA EXPORTAÇÕES

Em outubro foram enviadas para outros países 5,2 mil motos, resultando em alta de 54,8% sobre setembro. Mas no acumulado até outubro foram enviadas ao exterior 62,3 mil motocicletas, representando queda de 7% na comparação interanual.

Tudo indica que os embarques até o fim do ano ficarão abaixo das 80 mil unidades projetadas na metade do ano. O motivo é o aprofundamento da crise argentina. No começo de 2018 a expectativa de exportação era ainda mais otimista, 85 mil motos.

### Renault e Itaipu terão centro de treinamento para carros elétricos

13/11/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 12-11-2018)



### **Representantes da Renault e da Itaipu assinaram protocolo para criação do centro de treinamento**

### **Instalação em Foz do Iguaçu vai qualificar mão de obra da rede de concessionárias**

A **Renault** assinou protocolo de intenções com a **Itaipu** Binacional para a criação de um Centro de Treinamento (CT) para manutenção de veículos elétricos. O chamado Renault Academy vai operar no Parque Tecnológico de Itaipu (PTI), em Foz do Iguaçu (PR). O local é referência no desenvolvimento tecnológico sustentável de meios de transporte movidos a eletricidade.

O objetivo é a qualificação da mão de obra da rede Renault para atendimento a clientes dos veículos movidos a eletricidade da marca.

*"Estamos nos preparando desde já no treinamento de profissionais para o atendimento aos clientes de carros com zero emissão. A Renault tem um centro de treinamento em Jundiaí (SP) que atende a necessidade de capacitação de nossa rede e agora amplia cada vez mais o foco no veículo 100% elétrico", afirma o gerente geral de pós-venda da Renault do Brasil, Marcos Felipe.*

"A Renault tem demonstrado efetiva participação no mercado de elétricos. Buscar essas ações com o Renault Academy e com o PTI não é só importante para a Itaipu, mas também para a região em que estamos", recorda o diretor geral brasileiro da Itaipu, Marcos Stamm.

Em conjunto com a Renault ou em ações próprias, a Itaipu tem feito diferentes trabalhos ligados à mobilidade sustentável. Em outubro de 2013 as duas assinaram documento para a montagem de um lote de Renault Twizy em Foz do Iguaçu.

Mais tarde, em 2016, a companhia hidrelétrica iniciou o uso compartilhado de carros movidos a bateria. Ano passado ela incluiu 20 Renault Zoe à sua frota de carros elétricos.

Em setembro de 2018, iniciou testes com um Audi A5 G-Tron trazido da Alemanha e produzido originalmente para o uso de gás ou gasolina.

13/11/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 12-11-2018)



### **Pablo Di Si ao lado da novidade da marca no Salão do Automóvel, a picape Tarok: mais um modelo para produzir até 2020**

### **Crescimento acelerado e 10 lançamentos até 2020 lotam fábricas no Brasil e na Argentina**

O crescimento das vendas quase três vezes acima da média do mercado e mais 10 lançamentos por fazer nos próximos dois anos trazem à **Volkswagen** o que seu presidente no Brasil e na América do Sul, Pablo Di Si, chama de “bom problema para resolver”, que é o de **amentar a capacidade de produção** nas fábricas da região para receber os novos produtos, que fazem parte do plano de 20 lançamentos de 2017 a 2020, com investimentos de R\$ 7 bilhões no período. E para além disso já está em discussão com a matriz um novo programa, que terá como foco principal a renovação do carro de entrada da marca, o novo Gol.

Exemplo mais recente desse “problema” é a picape média Tarok, que fez sua estreia mundial ainda como conceito no Salão do Automóvel de São Paulo e deve entrar em produção até o fim de 2020, possivelmente em São José dos Pinhais (PR), na mesma linha que acaba de ser ampliada para fazer o SUV T-Cross a partir do início de 2019

*“Estamos começando a ficar apertados, temos mais 10 lançamentos a fazer e estudamos onde teremos capacidade para acomodar cada novo produto, a Tarok é um desses casos. Mas não está no horizonte investir em novas fábricas, teremos de aumentar a produtividade das plantas que já existem”, afirma Pablo Di Si.*

De janeiro a outubro as vendas da Volkswagen no Brasil somam 301 mil unidades, em crescimento de 36% na comparação com o mesmo período de 2017, enquanto o mercado como um todo evoluiu 14% na média.

Com isso, a marca foi a que mais ganhou participação de mercado, tomando dois pontos percentuais dos concorrentes, com 15%, na vice-liderança do ranking brasileiro.

Di Si estima que a expansão deste ano deve continuar em 2019 com os lançamentos programados que vão colocar a Volkswagen em segmentos que não atuava, como o de SUVs pequenos com o T-Cross. Daí a necessidade de achar espaço para produzir mais.

Logo depois do atual ciclo de investimentos e lançamentos, já está em andamento um novo plano.

“Há dois meses estive aqui o CEO do grupo (Herbert Diess) e já fizemos a pré-aprovação do programa para desenvolver e fabricar o novo Gol. Estamos conversando com sindicatos para fechar o plano e estudando onde poderemos produzir. Creio que ainda no primeiro semestre de 2019 poderemos anunciar”, afirmou Di Si.

## **FÁBRICAS BEM OCUPADAS**

O executivo lembra que todas as fábricas do grupo na região que dirige já estão operando no topo de capacidade ou estão sendo ampliadas para isso. Na antiga planta Anchieta, em São Bernardo do Campo, a linha toda já está em três turnos para atender os pedidos domésticos e de exportação de Polo e Virtus (além dos dois também é fabricada lá a picape pequena Saveiro).

O mesmo acontece com a unidade de motores de São Carlos (SP), que faz os propulsores aspirados 1.0 e 1.6 e os turbinados TSI 1.0 e 1.4, incluindo grandes contratos de exportação para México e Alemanha.

Taubaté (SP) opera em dois turnos cheios para produzir Gol, Voyage e Up! A fábrica do Paraná é a única que ainda só trabalha em um turno (lá são feitos Fox e Golf), o que deve mudar em janeiro com o início da produção comercial do T-Cross e a volta do segundo período na unidade.

Em Pacheco, na Argentina, a queda do mercado local foi compensada pelas exportações, especialmente da picape Amarok para o Brasil, cujos embarques cresceram de 5,5 mil unidades em 2016 para 20 mil este ano e pedido de aumento de volumes para 22 mil em 2019.

Di Si revela que de janeiro a outubro a produção da fábrica Volkswagen em seu país natal está 10% maior do que a registrada no mesmo período do ano passado. Além da Amarok, a planta argentina também produz a Suran, conhecida dos brasileiros como Space Fox, com vendas em baixa por aqui.

“Já estamos trabalhando na expansão de Pacheco. A capacidade total lá é de 110 mil/ano, mas as linhas de Amarok e Suran são diferentes”, explica Di Si. Um novo SUV compacto-médio da marca, o Tarek, está programado para entrar em produção no país vizinho até o fim de 2020.

Outra fábrica da Volkswagen na Argentina, em Córdoba, também opera no topo da capacidade porque é uma das únicas do grupo no mundo que fabrica caixas de câmbio manual de cinco marchas MQ 200 e MQ 250 – as transmissões de seis marchas entram em produção no ano que vem. Segundo Di Si, 96% das transmissões são atualmente exportadas, enviadas a países como Brasil, China, Índia, Espanha e Alemanha.

## **INTERNACIONALIZAÇÃO**

Di Si destaca ainda que a criação há cerca de dois anos da subsidiária sul-americana SAM da Volkswagen trouxe maior independência de desenvolvimento de produtos, o que deverá abrir novos mercados de exportação para os modelos fabricados na região.

“A picape Tarok é um exemplo disso, foi inteiramente desenvolvida aqui e o lançamento mundial acontece no Salão de São Paulo. Mostramos há dois meses o projeto para o conselho mundial da companhia e a receptividade foi enorme. Por isso acredito que em futuro próximo poderemos exportar veículos e tecnologia, não só para a América do Sul, mas para o mundo”, avalia.

A onda global de eletrificação prometida pela Volkswagen – que planeja vender 1 milhão veículos elétricos e híbridos por ano no mundo a partir de 2025 e promete lançar 25 desses modelos até lá – também começa a chegar ao Brasil, com a previsão de lançar seis carros eletrificados nos próximos cinco anos.

O primeiro deles será o Golf GTE, um híbrido plug-in (que pode ser recarregado na tomada), no primeiro semestre de 2019, mas estão na lista elétricos puros também.

No Salão de São Paulo, a Volkswagen mostra em seu estande o ID Crozz, o primeiro SUV da sua nova família de modelos alimentados por baterias. "Neste momento o modelo elétrico serve mais para nossa imagem como marca, mas claro que temos de estar preparados para oferecer esses carros aqui quando o mercado demandar", resume Di Si.

### **VW Delivery 13.180 chega ao mercado e completa linha de caminhões**

13/11/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 12-11-2018)



#### **Modelo de 13 toneladas de PBT é equipado com terceiro eixo e projetado de acordo com a legislação VUCs**

A linha de **caminhões VW Delivery** agora está completa: chega ao mercado brasileiro o modelo Delivery 13.180, com PBT de 13 toneladas e equipado com terceiro eixo, o caminhão é o que tem a maior capacidade de carga da linha e foi projetado de acordo com a legislação de circulação de veículo urbano de Carga (VUC) que vigora nas cidades onde há restrição de tráfego. Segundo a fabricante, o modelo está mais leve que sua versão anterior.

O primeiro lote com mais de cem unidades já foi encomendado pelo setor de distribuição de bebidas no País. A VW não revelou quem é o cliente.

"O Delivery 13.180 já chega ao mercado com vendas expressivas e isso é fruto do reconhecimento que a nova família conquistou dos clientes em seu primeiro ano no mercado. Assim como nos demais modelos, esse caminhão chega para ter o melhor custo total de operação (TCO) de seu segmento", afirma o supervisor de marketing de produto da Volkswagen Caminhões e Ônibus, Ricardo Yada.

Equipado com motor Cummins ISF 3.8, que entrega 175 cv de potência, o Delivery 13.180 possui tecnologia SCR (de recirculação de gases) e transmissão manual Eaton ESO-6206 de seis velocidades.

A estrutura do caminhão foi desenhada a fim de aproveitar ao máximo o espaço para carga útil ao mesmo tempo em que proporciona maior economia de combustível e menor desgaste de componentes. A cabine, bem como em toda a linha Delivery, ganhou reforço de aços de alta resistência, elevando o padrão de segurança.

### **Adição de biodiesel ao diesel passará dos atuais 10% para 15% até 2023**

13/11/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 12-11-2018)

#### **Aumento será gradativo em um ponto porcentual a partir de junho de 2019**

A proporção obrigatória de **biodiesel** no **diesel** aumentará gradativamente dos atuais 10% (B10) para 15% (B15) até 2023, conforme [Resolução nº 16, de 29/10/2018](#), do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) que determina o cronograma da adição.

De acordo com a medida, publicada no Diário Oficial da União pelo Ministério de Minas e Energia, a mudança começa a partir de junho de 2019, quando o volume aumentará

de 10% para 11%. A partir de 2020 e até 2023, haverá adição de um ponto porcentual anual sempre em março até alcançar os 15%.

O ministério informa que a medida está condicionada à realização de testes em motores a fim de que concluam satisfatoriamente a possibilidade técnica da utilização do B15.

Em comunicado, o ministério informa que a medida oferece previsibilidade ao setor, além de incentivar a geração de empregos e investimentos na área de combustíveis. A estimativa do MME é de o Brasil eleve sua produção dos atuais 5,4 bilhões de litros/ano para 10 bilhões de litros/ano até 2023.

“Essa adição representa um aumento de 85% da demanda doméstica, o que deve consolidar o Brasil como um dos maiores produtores de biodiesel no mundo”, diz o MME em nota.

O ministério permitirá ainda que distribuidores de combustíveis autorizados coloquem, voluntariamente, biodiesel ao óleo diesel vendido ao consumidor final após a conclusão dos testes, volume que não poderá ultrapassar os 15%.

### **Vendas de veículos importados reagem após queda do dólar**

13/11/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 12-11-2018)



#### **Emplacamentos voltam a crescer em outubro e contribuem para alta de 31% no ano**

Após registrar queda das vendas em setembro, o mercado de **veículos importados** voltou a crescer em outubro impulsionado pela retração do dólar. Dados divulgados na segunda-feira, 12, pela Abeifa, entidade que reúne as importadoras apontam que em outubro foram emplacados 3,4 mil veículos, alta de 19,6% sobre o resultado de setembro e um crescimento de 33,4% quando comparado com outubro do ano passado.

Este resultado contribuiu para a manutenção da recuperação do setor que vem sendo observada ao longo no ano: no acumulado de dez meses, o segmento emplacou pouco mais de 31,2 mil unidades, crescimento de 31,2% na comparação com mesmo período do ano passado, de acordo com.

“Entre o primeiro e o segundo turno das eleições, o dólar já deu sinais de estabilidade, na casa de R\$ 3,75. Muito diferente de quando a moeda norte-americana estacionou por um período no patamar superior a R\$ 4. Com isso, o nosso setor reagiu”, comenta o presidente da Abeifa, José Luiz Gandini.

Com o bom desempenho no mês passado, a Abeifa decidiu manter sua estimativa de vendas para o ano, quando espera encerrar com a venda de 40 mil unidades. Em setembro, quando as vendas não iam bem, a entidade chegou a cogitar a possibilidade de revisão das projeções para um volume menor.

Com a reação do mercado em outubro, as dezesseis associadas confiam que o desempenho de novembro e outubro sejam suficientes para alcançar o volume previsto. Para isso, as marcas terão de emplacar uma média de 4,37 mil unidades em novembro e também em dezembro.

“Em novembro, com o salão do automóvel de São Paulo, o mercado deve reagir ainda mais até porque as associadas à Abeifa mostraram muitas novidades e, aliado a isso, os dias que antecedem o final do ano são mais propícios para a compra e venda de automóveis zero quilômetro”, argumenta Gandini.

### **DESEMPENHO POR MARCAS**

Entre as dezesseis marcas associadas à Abeifa, a Kia mantém a liderança de vendas no acumulado do ano até outubro, com mais de 9,8 mil unidades, representando alta de 41,8% na comparação anual. Na segunda posição, a Volvo Cars quase dobrou as vendas ao licenciar pouco mais de 5,4 mil veículos no período.

Por sua vez, a JAC Motors viu suas vendas crescerem 21,5% no mesmo período, para 3,4 mil veículos. A marca chinesa, que está na terceira posição, é representada no Brasil pela empresa SHC, que na última semana entrou com pedido de recuperação judicial.

Na quarta posição está a BMW, que com 2,3 mil carros emplacados registra avanço de 31% sobre o resultado de mesmo acumulado do ano passado. Fecha a lista das cinco marcas que mais venderam a Suzuki, com vendas quase estáveis ao fechar o período com leve alta de 0,6%, para 2,1 mil unidades emplacadas.

As associadas à Abeifa que têm produção nacional - BMW, Chery, Land Rover e Suzuki - somaram pouco mais de 19 mil veículos fabricados no Brasil, alta de 27,8% sobre mesmo período do ano passado, quando o volume foi de 14,8 mil.